



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**PERFIS DE DESPESA, NECESSIDADES HUMANAS E POBREZA
EM PORTUGAL**

SUSANA ALEXANDRE DIAS BRISSOS

SETEMBRO – 2013



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**PERFIS DE DESPESA, NECESSIDADES HUMANAS E POBREZA
EM PORTUGAL**

SUSANA ALEXANDRE DIAS BRISSOS

**ORIENTAÇÃO:
PROFESSOR DOUTOR JOSÉ ANTÓNIO CORREIA PEREIRINHA**

SETEMBRO – 2013

“ (...)”
Só há liberdade a sério quando houver
A paz, o pão
habitação
saúde, educação
Só há liberdade a sério quando houver
Liberdade de mudar e decidir
“ (...)”

Liberdade (1975), Sérgio Godinho

Ao Tomás

AGRADECIMENTOS

Cabe-me agradecer, em primeiro lugar, ao Professor Doutor José Pereirinha pela sua orientação, compreensão, incentivo e paciência.

Estendo as minhas palavras de agradecimento a toda a equipa do projecto de investigação Rendimento Adequado em Portugal, que tenho o privilégio de integrar. À equipa de investigadores, em particular, pelos seus ensinamentos, por terem possibilitado que eu partilhasse das suas experiências e participasse, na medida das minhas capacidades, deste projecto de investigação multidisciplinar, que se reveste de fulcral importância para a sociedade portuguesa, para o seu presente e o seu futuro. Mas também às colegas bolsistas de investigação que, oriundas de uma área de formação científica distinta da minha, me ajudaram, ao longo de inúmeras conversas, a alargar horizontes e a compreender a realidade sob novos prismas. Numa altura particularmente difícil da história do nosso país, foi-me dado a perceber, em primeiríssima mão, que a investigação científica se reveste de fulcral importância, por aperfeiçoar ferramentas preciosas para o desenvolvimento e enquadrar uma oportunidade única de formação para os jovens que pretendem dar o seu contributo para o futuro do país.

Finalmente, quero retribuir com o meu modesto agradecimento a todos os colegas, professores e funcionários do Instituto Superior de Economia e Gestão e dos seus Centros de Investigação, que me ajudaram a resolver pequenos ou grandes dilemas e impasses ao longo deste percurso de investigação, e aos meus pais e irmã, que, indiscutivelmente, contribuíram para a pessoa que hoje sou.

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do projecto de investigação Rendimento Adequado em Portugal (raP), cujo objectivo é estimar o valor de rendimento que permite realizar um nível de vida digno em Portugal. A partir dos dados dos Inquéritos às Despesas das Famílias 2005/2006 e 2010/2011, realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, este trabalho pretende desenvolver um perfil da pobreza em Portugal, analisando as despesas estimadas dos agregados familiares, em particular, da tipologia de agregados considerada no projecto raP, e identificando os padrões de consumo prevalentes para uma *proxy* da população pobre, que se compara com a restante população e, em especial, com os agregados que registam maiores níveis de despesa.

Após um breve enquadramento teórico-conceptual sobre a pobreza e a sua medição, define-se a tipologia de agregados familiares a analisar, a classificação de despesa adoptada e as necessidades humanas satisfeitas pelos consumos realizados pelos agregados. Os resultados apresentados pretendem ser um *input* para o projecto raP, fornecendo um elemento de comparação às suas conclusões. Quando os valores do rendimento adequado estiverem estabelecidos, a análise constante deste trabalho poderá ser replicada, identificando que tipo de consumos realizam os agregados familiares que vivem abaixo do padrão de vida digno e tentando perceber que bens e serviços se vêem impedidos de consumir, ou que necessidades humanas se vêem impedidos de satisfazer pela sua condição de pobreza.

Palavras-chave: pobreza, agregados familiares, despesas familiares, necessidades humanas

ABSTRACT

This thesis was developed under the research project Adequate Income in Portugal (*Rendimento Adequado em Portugal – raP*), which aims to estimate the minimum income to afford a decent living standard in Portugal. From the data collected by the Household Expenditure Surveys (*Inquéritos às Despesas das Famílias*) 2005/2006 and 2010/2011, performed by the Statistics Portugal (*Instituto Nacional de Estatística*), this paper aims to develop a poverty profile in Portugal, analyzing the estimated household expenditures, particularly, of the household types considered by the raP project, and identifying the prevailing consumption patterns for a proxy of the poor population, comparing it with the rest and, specially, with the households registering greater expenditure levels.

After a brief theoretical-conceptual framework on poverty and its measures, the family types to analyze, the adopted expenditure classification and the human needs met by the household consumptions are defined. The presented results intend to be an input to the raP project, providing a comparison element to its conclusions. Once the adequate income values are established, the analysis on this work could be replicated by identifying the consumption patterns of households living below decent standard and trying to identify goods and services they are unable to afford, or human needs they are unable to fulfill because of their poverty.

Keywords: poverty, households, household expenditure, human needs

ÍNDICE

Siglas e abreviaturas, sinais convencionais e notas.....	8
Introdução.....	9
1. Enquadramento teórico-conceptual.....	12
1.1 Pobreza e desenvolvimento: paradigmas, abordagens, teorias.....	12
1.2 Pobreza: conceitos e medidas.....	16
2. Os Inquéritos às Despesas das Famílias 2005/2006 e 2010/2011.....	19
2.1 Tipologia dos agregados familiares.....	20
2.2 Classificação de despesa.....	22
2.3 Categorização de necessidades humanas.....	25
3. Pobreza em Portugal.....	29
3.1 Perfil dos agregados familiares considerados «pobres».....	30
3.2 Padrões de consumo dos agregados familiares.....	34
3.3 Uma análise acerca da satisfação de necessidades humanas.....	37
Notas finais.....	40
Referências bibliográficas.....	43
Anexos.....	46

SIGLAS E ABREVIATURAS

Eurostat	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
IDEF	Inquérito às Despesas das Famílias
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
NU (UN)	Nações Unidas
OCDE (OECD)	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PNUD (UNDP)	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UE (EU)	União Europeia

SINAIS CONVENCIONAIS

#	Cardinal
%	Percentagem

NOTAS

Decil Partição correspondente a 1/10 dos dados ordenados de uma variável

Quintil Partição correspondente a 1/5 dos dados ordenados de uma variável

A análise estatística foi realizada utilizando o *software* SPSS 21.

Por razões de arredondamento, a soma das parcelas pode não corresponder ao total.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-UL), tendo o seu tema sido definido de acordo com os objectivos do projecto de investigação Rendimento Adequado em Portugal (raP)¹, no qual colaboro enquanto bolsista de investigação², e a análise estatística aqui apresentada sido desenvolvida a partir das bases de microdados anonimizados do IDEF 2005/2006 e do IDEF 2010/2011 (IDEFs)³, disponibilizadas pelo INE, mediante protocolo, à equipa de investigação.

O objectivo global do projecto raP é estimar o nível de rendimento que permite viver com dignidade em Portugal. Para tal, estão a ser desenvolvidos orçamentos de referência, para diversos tipos de famílias, que pretendem reflectir o valor dos recursos necessários para que cada indivíduo no seu seio consiga aceder aos bens e serviços consensualmente definidos como mínimos necessários para ter uma vida digna⁴. Quando esta tarefa estiver concluída, será possível aplicar esse valor de rendimento adequado, que poderá, e deverá, ser entendido como um limiar absoluto de pobreza⁵, à sociedade portuguesa e retirar daí conclusões que se prevêem de extrema relevância, comparando-o, desde logo, com o limiar de pobreza relativa⁶

¹ Projecto de IC&DT PTDC/CS-SOC/123093/2010 (“Pobreza Absoluta em Portugal”), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (para saber mais consultar o *site* do projecto: <http://www.rendimentoadequado.org.pt/>).

² Sob orientação científica do Professor Doutor José Pereirinha, donde a sua escolha para orientação desta dissertação se revelou natural, e com o Gabinete de História Económica e Social do ISEG-UL como Instituição de Acolhimento.

³ Ver secção 2.

⁴ A população portuguesa foi chamada a definir, em *focus groups*, mediante consenso, o que entende por nível de vida digno e que bens e serviços o permitem obter, tendo as opiniões recolhidas sido depois coadjuvadas pela experiência informada de peritos, metodologia que combina assim o método consensual dos padrões orçamentais com a abordagem normativa de peritos (para saber mais sobre esta metodologia ver Pereirinha et al., 2012).

⁵ Ver secção 1.2.

⁶ Idem.

definido pelo Eurostat, usado como referência oficial em Portugal, e questionando em que medida esta contabilização da incidência da pobreza⁷ fará sentido. O presente trabalho pretende ser um *input* para o projecto raP e responder a um dos seus objectivos específicos: desenvolver um perfil da pobreza em Portugal, mediante análise quantitativa dos microdados mais recentes sobre consumos da população portuguesa, dados pelo último IDEF 2010/2011⁸ (Pereirinha et al., 2012: 10, 12-13).

O objectivo concreto deste trabalho é analisar as despesas estimadas dos agregados familiares portugueses e identificar os padrões de consumo prevalentes, tentando perceber que diferenças se verificam entre os agregados considerados «pobres» e os «não-pobres» e, em particular, os «ricos»⁹, bem como, para os agregados considerados «pobres», entre os consumos de diversas tipologias de famílias.

Para tal, este trabalho apresenta um enquadramento teórico-conceptual, que não poderá deixar de ser insuficiente dada a enorme extensão e complexidade da discussão em torno da temática da pobreza e da sua medição, a que se segue a definição dos diferentes tipos de famílias a analisar (mediante a identificação das características pretendidas dos indivíduos no seu seio), a classificação de despesa adoptada, que permite uma adequada, e intuitiva, apresentação e discussão acerca dos bens e serviços consumidos, e os tipos de necessidades humanas¹⁰ que pensamos que a população pretende ver satisfeitas por esses consumos. Todas estas definições foram, naturalmente, levadas a cabo tendo em conta a sua convergência, o mais

⁷ Este conceito traduz a mera contabilização do número de «pobres», enquanto o conceito de intensidade da pobreza remete para uma descrição mais profunda acerca das condições objectivas de pobreza vivenciadas pelos «pobres».

⁸ Ver INE (2012a) e, para maior detalhe sobre as questões metodológicas, INE (2012b).

⁹ Ver definições destes conceitos na secção 3.

¹⁰ Ver secções 1.1 e 2.3.

perfeita possível, com os objectivos de análise do projecto raP, opção necessária, mas que se revelou, por vezes, extremamente difícil. Ora porque os microdados dos IDEFs não se apresentam sob a forma desejável para os objectivos desta investigação, ora porque, num trabalho como este, “*no hay camino, se hace camino al andar*”¹¹, pelo que cada escolha metodológica foi diversas vezes sujeita a reformulações, ora porque toda a análise estatística das diversas bases de dados dos IDEFs foi difícil e morosa¹².

Finalmente, traça-se um perfil da pobreza em Portugal, mediante a apresentação de algumas características dos agregados aqui identificados como «pobres», e analisam-se os seus padrões de consumo, por comparação com os dos «não-pobres» e, em particular, com os agregados que registam níveis de despesa mais elevados.

Os resultados aqui apresentados e as conclusões que deles podemos retirar são, na verdade, apenas uma preparação para as verdadeiras conclusões a retirar do projecto raP. Enquanto não dispomos do valor de rendimento adequado actualmente em preparação, esta análise pretende ser apenas uma aproximação ao que só poderemos verificar daqui a alguns meses e que será perceber claramente que tipo de bens e serviços¹³ a população que vive abaixo do padrão de vida digno se vê impedida de consumir ou, se quisermos, na perspectiva de Sen¹⁴, que “*functionings*” e “*capabilities*” estes indivíduos se vêem impedidos de realizar pela sua condição de pobreza.

¹¹ Excerto de poema de Antonio Machado, poeta espanhol, disponível *online*, em diversos *sites*.

¹² Ao que devo acrescentar que, pelo facto de não ter qualquer experiência anterior de utilização do *software* estatístico SPSS, muitas operações se revelaram verdadeiros quebra-cabeças, mas foram, no final, desafios deveras enriquecedores. Cabe-me agradecer a todos os que me ajudaram nestes impasses.

¹³ O projecto raP irá ainda mais além e analisará as quantidades consumidas dos bens alimentares, análise ausente deste trabalho, mas possibilitada pela recolha destes dados pelo IDEF (projecto DAFNE – *Data Food Networking*) (ver INE, 2012b: 6).

¹⁴ Ver secção 1.1.

1. Enquadramento teórico-conceptual

O que é a pobreza? O que é ser pobre? Quantos pobres existem no mundo? Quem define estes conceitos? Como os define? Para que servem estas definições? Quando ouvimos falar de pobreza e dos seus números, será claro do que se fala?

1.1 Pobreza e desenvolvimento: paradigmas, abordagens, teorias

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), projecto das NU que veio inaugurar o novo milénio, consagram desígnios civilizacionais de progresso e evolução das condições de vida de todos os povos do planeta – *A Life of Dignity for All*. O seu primeiro compromisso (Objectivo 1) é o de contribuir activamente para assegurar a erradicação da pobreza extrema e da fome¹⁵. Diz, e bem, o Secretário-Geral das NU no relatório apresentado à Assembleia-Geral em Julho último, que *“Ours is the first generation with the resources and know-how to end extreme poverty and put our planet on a sustainable course before it is too late”* (UN, 2013: 3).

A elaboração dos ODMs enquadra-se no espírito do paradigma de desenvolvimento humano, elaborado no seio do PNUD e estampado no seu Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), lançado em 1990 por Mahbub ul Haq, que analisa os desafios do desenvolvimento à luz do quadro conceptual desenvolvido por Amartya Sen conhecido como *“capability approach”*¹⁶ (Fukuda-Parr, 2003: 301-302).

O desenvolvimento humano é entendido como *“a process of widening people's choices as well as raising the level of wellbeing achieved.”* (UNDP, 1997: 15). Este paradigma

¹⁵ Ver site das NU dedicado aos ODMs: www.un.org/millenniumgoals/.

¹⁶ Para saber mais ver Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. New York: Alfred A. Knopf, Inc.

acomoda, no entanto, *“a great many different theoretical approaches, without their differences being necessarily resolved”* (Sen, 2003: ix).

O primeiro desafio lançado por este novo paradigma foi o questionamento da ligação directa entre crescimento económico e desenvolvimento e a crença na eficiência dos mercados como mecanismo de maximização do bem-estar social, preconizada pelo paradigma neoclássico ou neoliberal do *Washington Consensus* (Jolly, 2002), *«at a time when goals of macroeconomic balances and economic growth dominated the agenda, and when structural adjustment sought to “balance economies at the expense of unbalancing human lives”»* (Fukuda-Parr & Kumar, 2003: xxii).

Segundo Ul Haq (1995), o crescimento económico é uma variável essencial para o desenvolvimento, mas este não deve ser prosseguido como um fim em si mesmo mas antes colocado ao serviço das pessoas, como um meio que lhes permita alargar as suas escolhas. A ideia principal deste paradigma é, assim, a de que as pessoas devem ser colocadas *“into the center of the agenda for national and global development policy”* (Fukuda-Parr & Kumar, 2003: xxii).

A grande evolução conceptual que este paradigma encerra é, todavia, a visão de Sen do desenvolvimento como um processo de *“expansion of human capabilities and human freedoms.”* (Fukuda-Parr & Kumar, 2003: xxiii).

(...) called the “capability approach”, sees human life as a set of “doings and beings” – we may call them “functionings” – and it relates the evaluation of the quality of life to the assessment of the capability to functioning. (...)

A functioning is an achievement of a person: what he or she manages to do or to be, and any such functioning reflects, as it were, a part of the state of that person. The capability of a person is a derived notion. It reflects the various combinations of functionings (doings and beings) he or she can achieve. It takes a certain view of living as a combination of various “doings and beings”. Capability reflects a person’s freedom to choose between different ways of living. The underlying motivation – the focusing on freedom – is well captured by Marx’s claim that what we need is

“replacing the domination of circumstances and chance over individuals by the domination of individuals over chance and circumstances”. (In Sen, 1989: 4).

Esta abordagem contrasta, na opinião de alguns autores, como Fukuda-Parr (2003: 306), com uma sua precursora, designada *“basic needs approach”*, cujo conceito de bem-estar e qualidade de vida corresponde à satisfação das necessidades básicas humanas. As insuficiências apontadas a esta teoria relacionam-se com a dificuldade de justificação da escolha de quais são, afinal, essas necessidades básicas e mesmo de quem poderá estar habilitado a fazer tal escolha, criticando-se igualmente a sua *“commodity-perspective”* pela *“variability of the conversion of commodities into capabilities.”* (Sen, 1989: 7). Outros autores, como Alkire (2002: 183-184) denunciam alguma injustiça nestas críticas e apontam a insuficiente operacionalização da teoria de Sen, que recusou definir uma lista de *“basic capabilities”* ou dar qualquer indicação de prioridade das mesmas.

Muitos foram, todavia, os autores que tentaram tipificar necessidades humanas ou *“human capabilities”* (ver Alkire, 2002).

Doyal e Gough¹⁷ apresentaram uma abordagem *“hierarchical moving from universal goals, through basic needs to intermediate needs”*.

‘Need’ refers to a particular category of goals which are believed to be universalisable. The contrast with wants, goals which derive from an individual’s particular preferences and cultural environment, is central (...). The universality of needs rests upon the belief that if needs are not satisfied then serious harm of some objective kind will result. (In Doyal, 2003: 8).

Definem, assim, como necessidades básicas individuais universais a saúde física e a autonomia, notando que os seus mecanismos de satisfação, *«‘satisfiers’»*, são relativos e culturalmente definidos, embora possuam algumas características que são também

¹⁷ Para saber mais ver Doyal, L. & Gough, I. (1991). *A Theory of Human Need*. London: Palgrave Macmillan.

universais, “*those properties of goods, services, activities and relationships which enhance physical health and human autonomy in all cultures*”. Estas características permitem identificar onze categorias de necessidades intermédias – *Nutritional food and clean water; Protective housing; A non-hazardous work environment; A non-hazardous physical environment; Safe birth control and child-bearing; Appropriate health care; A secure childhood; Significant primary relationships; Physical security; Economic security; Appropriate education* – que terão de ser satisfeitas para se realizarem as necessidades básicas (Doyal, 2003: 8-12).

Nussbaum¹⁸ identificou dez “*capabilities as central requirements of a life with dignity*” – *Life; Bodily Health; Bodily Integrity; Senses, Imagination, and Thought; Emotions; Practical Reason; Affiliation; Other Species; Play; Control Over One’s Environment* – “*supposed to be general goals that can be further specified by the society (...) as it works on the account of fundamental entitlements it wishes to endorse*” (Nussbaum, 2003: 40-42).

A discussão em torno dos diferentes conceitos avançados de necessidades humanas e “*human capabilities*” continua em curso, surgindo novos contributos a todo o momento e existindo uma acesa mas saudável controvérsia entre os diversos autores. Qualidade de vida, oportunidades, bem-estar e felicidade são termos que estão na ordem do dia, embora, sendo certo que muitos dos ODMs não serão atingidos até 2015, não devemos esquecer que uma proporção significativa da população mundial ainda não tem a sua necessidade humana mais básica, a da sobrevivência, assegurada.

¹⁸ Para saber mais ver Nussbaum, M. (2000). *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.

1.2 Pobreza: conceitos e medidas

No RDH lançado pelo PNUD em 1990 foi também apresentado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como nova medida de desenvolvimento à escala global. Traduzindo uma «*“conglomerative perspective”, focuses on the advances made by all groups in each community, from the rich to the poor.*» (UNDP, 1997: 15). Este novo indicador agregado¹⁹ pretendia rivalizar com o Produto Nacional Bruto e outros indicadores económicos relativos ao rendimento ou à produção, até aí encarados como a medida consensual do desenvolvimento das nações. Sen (2003: ix-xi) esclarece, todavia, que este índice, apesar de ter contribuído extraordinariamente para chamar a atenção para outras variáveis, não exclusivamente económicas, tratadas no RDH, apresenta severas limitações quando visto sob a perspectiva global do desenvolvimento humano, já que apenas reflecte algumas variáveis e negligencia, portanto, todas as outras, sendo fácil perceber, enfim, que, por mais aparato técnico que se mobilize²⁰, não será possível traduzir *“a complex reality to just one number”*.

Este é também o motivo pelo qual a medição da pobreza e a definição de linhas ou limiares de pobreza se afigura tão difícil. O Objectivo 1 dos ODMs prende-se com a erradicação da pobreza extrema, identificada com o limiar de 1,25 dólares ao dia²¹. Segundo esta medida, em 2010, 1,2 mil milhões de pessoas em todo o mundo viviam em pobreza extrema (UN, 2013: 5). Um verdadeiro limiar absoluto de pobreza, monetário ou não, é impossível de estabelecer a nível global, não havendo nenhum

¹⁹ Que integra três dimensões – *Health; Education; Living Standards* – e quatro indicadores – *Life expectancy at birth; Mean years of schooling; Expected years of schooling; Gross national income per capita* (ver site do PNUD: <http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/>).

²⁰ Note-se que o PNUD desenvolveu depois índices de desenvolvimento humano desagregados e ajustados à desigualdade ou ao género (ver site do PNUD: <http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/>).

²¹ Este valor foi actualizado há uns anos, sendo o primeiro limiar definido no 1 dólar/dia.

“*international consensus on guidelines for measuring poverty*”²². A pobreza é um fenómeno complexo e multidimensional, logo, difícil, se não impossível, de definir e medir concretamente. Na tentativa de definir a pobreza, as NU consideram que

It is in the deprivation of the lives that people can lead that poverty manifests itself. (...) If human development is about enlarging choices, poverty means that opportunities and choices most basic to human development are denied – to lead a long, healthy, creative life and to enjoy a decent standard of living, freedom, dignity, self-respect and the respect of others. (In UNDP, 1997: 15).

Seguindo uma «*deprivational perspective*», in which development is judged by the way the poor and the deprived fare in each community», o PNUD avançou no seu RDH de 1997 o Índice de Pobreza Humana²³ como medida global de incidência da pobreza que pretendia ir mais além das linhas absolutas de pobreza “*income-based or consumption-based*” definidas por muitos países (UNDP, 1997: 15-16). Este índice sofre, todavia, dos mesmos problemas do IDH (UNDP, 1997).

As medidas de pobreza podem, afinal, ser absolutas²⁴ ou relativas, resultando de conceitos objectivos de pobreza, ou integrar definições subjectivas da mesma. A confusão em torno destes conceitos é enorme, com nota Bruto da Costa et al. (2008: 19-57). “O que está em causa é o critério e o modo mais correcto de distinguir o *pobre* do *não-pobre*”, o que pode ser estabelecido segundo “critérios normativos”, mormente definidos pela classe científica, ou segundo a “percepção que cada sociedade tem da pobreza” (Bruto da Costa et al., 2008: 21). Acerca desta questão importa apenas dizer que, independentemente das condições objectivas de pobreza

²² In site da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/poverty/>.

²³ Que integra três dimensões – *A long and healthy life, Knowledge, A decent standard of living* – desdobrando-se em dois índices diferentes para os países em desenvolvimento e para alguns países seleccionados da OCDE (ver site do PNUD: <http://hdr.undp.org/en/statistics/indices/hpi/>).

²⁴ É preciso não confundir pobreza absoluta com pobreza extrema nem “o conceito absoluto de pobreza” com “o conceito de pobreza absoluta” (ver Bruto da Costa et al., 2008: 35).

ou privação vivenciadas pelos seres humanos, i.e., independentemente da intensidade da pobreza, o conceito de pobreza, e a percepção da sua incidência, são sempre contextualmente definidos pelas condições socioeconómicas prevalecentes na sociedade (UNDP, 1997: 17). Este será talvez um dos motivos pelo qual o limiar de pobreza mais comumente utilizado é uma medida de pobreza relativa, caso do indicador de pobreza monetária definido pelo Eurostat e referência oficial para Portugal, à semelhança dos restantes países da UE, designada *“the at-risk-of-poverty threshold, which is set at 60% of the national median equivalised disposable income after social transfers.”*²⁵. Este é um conceito relativo porque faz depender a condição de pobreza dos indivíduos não da sua situação objectiva de vida mas da sua comparação com a restante população, o que leva Veit-Wilson a concluir que esta não é uma medida de pobreza mas sim uma medida de desigualdade²⁶.

As diversas definições de pobreza parecem, porém, integrar coerentemente dois elementos centrais: a carência económica e a noção de privação, material e social. *“It is widely agreed that being poor does not simply mean not having enough monetary resources: it also reflects a lack of access to the resources required to enjoy a minimum standard of living and participation in the society one belongs to.”* Esta definição conduz ao conceito de pobreza consistente, resultado da coexistência de pobreza monetária e privação material (Rodrigues & Andrade, 2012: 23). A definição de pobreza adoptada no estudo levado a cabo por Bruto da Costa et al. (2008: 26) parece resumir esta ideia: *“a pobreza é (...) entendida como uma situação de privação*

²⁵ Ver site do Eurostat para melhor compreensão do que estes conceitos querem dizer, nomeadamente, o rendimento disponível equivalente: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:At-risk-of-poverty_rate.

²⁶ In *The sociology of poverty, the social policy of income maintenance and the poverty of politics*, comunicação apresentada pelo Professor John Veit-Wilson (Newcastle University) no I Seminário raP, em 17 de Junho de 2013, no ISEG-UL.

resultante de falta de recursos.” O projecto raP pretende estabelecer qual é esse nível de recursos ao definir um valor de rendimento adequado que permita viver uma vida digna em Portugal, valor que poderá ser utilizado como medida absoluta de pobreza. Ao fazê-lo, o projecto raP não cede à tentação de definir apenas uma medida de pobreza monetária, integrando antes na sua visão e metodologia quer os conceitos objectivos de pobreza, absolutos, ou normativos, e relativos, quer uma perspectiva subjectiva, ou sociológica, da mesma, sendo tributário “do trabalho desenvolvido por diferentes autores no contexto da abordagem das capacidades, da teoria das necessidades humanas e do rendimento mínimo padrão” e integrando quer a opinião consensual da sociedade sobre o que é o padrão de vida digno quer a abordagem normativa de peritos (Pereira et al., 2013: 2-3).

2. Os Inquéritos às Despesas das Famílias 2005/2006 e 2010/2011

Os IDEFs são as duas últimas edições de uma operação estatística de âmbito nacional, iniciada na década de sessenta²⁷, levada a cabo pelo INE, a cada cinco anos, junto de uma amostra representativa da população portuguesa, que consiste na recolha de dados acerca da estrutura da despesa dos agregados familiares, mas também dos seus rendimentos e condições de vida, concorrendo para o projecto comunitário *Household Budget Surveys* (HBS)²⁸, que pretende harmonizar informação estatística equivalente desenvolvida nos diversos países da UE (INE, 2012a: 7; 2012b: 5-6).

²⁷ Com o Inquérito às Receitas e Despesas Familiares 1967/1968, cuja designação e espectro de análise foram sendo sucessivamente alteradas até à actualidade (ver INE, 2012b: 5).

²⁸ Para saber mais sobre este projecto consultar European Communities (2003).

2.1 Tipologia dos agregados familiares

O IDEF 2005/2006 recolheu dados de 10.403 agregados domésticos privados (ADPs)²⁹, com um total de 28.359 indivíduos (INDs) no seu seio, sendo a amostra do IDEF 2010/2011 de 9489 ADPs compostos por 24.383 INDs. O INE estima que existam em Portugal 4.044.100 ADPs e 10.561.614 INDs, segundo o IDEF 2010/2011, sendo a estimativa do IDEF 2005/2006 de 3.829.464 ADPs e 10.579.590 INDs. Segundo os dados dos Censos 2011, existem em Portugal 4.043.726 famílias clássicas³⁰ e 10.562.178 INDs residentes³¹, enquanto os Censos 2001 apontavam para 3.650.757 famílias clássicas e 10.356.117 INDs residentes, pelo que podemos assumir as estimativas proporcionadas pelos IDEFs com total segurança³² (INE, 2012c: 18, 59).

De acordo com a metodologia definida pela equipa do projecto raP para a composição dos *focus groups* realizados com a população portuguesa³³ (ver Pereirinha et al., 2012: 12-13) foram identificados tipos individuais³⁴, de acordo com o género, idade e situação familiar, que permitiram circunscrever treze tipologias de ADPs consideradas

²⁹ Segundo o INE, o conceito de “agregado doméstico privado corresponde ao conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior.”, utilizando como seus sinónimos “agregado familiar e família”, opção igualmente subscrita neste trabalho (INE, 2012a: 15).

³⁰ Note-se que o INE distingue famílias clássicas de famílias institucionais e, em particular, distingue famílias clássicas em alojamentos familiares e em alojamentos colectivos. Entenda-se por família clássica um “Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.”, conceito que nos pareceu que melhor correspondia ao conceito de família tal qual aparece definido no IDEF (INE, 2012c: 547).

³¹ Entenda-se por população residente o “Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.” (INE, 2012c: 553).

³² Para saber mais sobre o ponderador que o INE aplica a cada unidade estatística (agregado/indivíduo) de modo a poder inferir conclusões relativas ao universo da população portuguesa a partir das amostras dos IDEFs consultar INE (2012b: 20).

³³ Nos quais foi solicitado que os participantes definissem um tipo individual abstracto, com características semelhantes às suas, que viria a guiar toda a discussão subsequente.

³⁴ Estas definições seguiram as orientações do projecto britânico *Minimum Income Standard* (MIS) (ver Bradshaw et al., 2008: 25) mas procuraram sempre corresponder às especificidades da realidade demográfica portuguesa, apuradas mediante análise aos Censos 2011. Importa dizer que o projecto raP está a definir orçamentos de referência para estes tipos individuais, que serão agregados num orçamento de referência para as diversas tipologias de ADPs, o que permitirá analisar a temática da escala de equivalência (para conhecer as conclusões do projecto MIS acerca desta matéria, ver Bradshaw et al., 2008: 39-41).

não atípicas na sociedade portuguesa, cuja composição e representatividade se apresentam na Tabela I. De forma a responder à preocupação de não excluir deste estudo informação relevante, foram criadas mais cinco categorias de ADPs, estas necessariamente indefinidas quanto aos tipos individuais que as compõem³⁵ e apenas delimitadas pelo número de INDs no seu seio, que esgotam a totalidade dos ADPs constantes das amostras dos IDEFs³⁶. Entenda-se que idosos são INDs com 65 ou mais anos, adultos em idade activa são INDs cuja idade está compreendida entre os 18 e os 64 anos, maiores são INDs com 18 ou mais anos e menores são INDs até aos 17 anos.

TABELA I

COMPOSIÇÃO E PREVALÊNCIA ESTIMADA DAS TIPOLOGIAS DE ADPs DEFINIDAS

Tipologias de ADPs	IDEF 2005/2006				IDEF 2010/2011			
	# ADPs	% ADPs	# INDs	% INDs	# ADPs	% ADPs	# INDs	% INDs
Homem idoso a viver só	91.997	2,4	91.997	0,9	119.267	2,9	119.267	1,1
Mulher idosa a viver só	293.858	7,7	293.858	2,8	368.649	9,1	368.649	3,5
Casal de idosos	356.575	9,3	713.150	6,7	389.912	9,6	779.824	7,4
Homem em idade activa a viver só	124.459	3,3	124.459	1,2	179.487	4,4	179.487	1,7
Mulher em idade activa a viver só	130.232	3,4	130.232	1,2	199.939	4,9	199.939	1,9
Casal de adultos em idade activa	391.051	10,2	782.102	7,4	494.330	12,2	988.660	9,4
Casal de adultos em idade activa com 1 filho menor	470.991	12,3	1.412.973	13,4	394.163	9,7	1.182.489	11,2
Casal de adultos em idade activa com 2 filhos menores	345.103	9,0	1.380.412	13,0	300.785	7,4	1.203.140	11,4
Casal de adultos em idade activa com 3 filhos menores	48.871	1,3	244.355	2,3	59.417	1,5	297.085	2,8
Casal de adultos em idade activa com 1 filho maior	349.512	9,1	1.048.536	9,9	263.517	6,5	790.551	7,5
Casal de adultos em idade activa com 2 filhos maiores	144.252	3,8	577.008	5,5	126.743	3,1	506.972	4,8
Adulto em idade activa (monoparental) com 1 filho menor	48.063	1,3	96.126	0,9	62.199	1,5	124.398	1,2
Adulto em idade activa (monoparental) com 2 filhos menores	22.508	0,6	67.524	0,6	33.482	0,8	100.446	1,0
TOTAL DOS ADPs ESCOLHIDOS	2.817.472	73,6	6.962.732	65,8	2.991.889	74,0	6.840.907	64,8
Outros ADPs com 2 INDs	304.766	8,0	609.532	5,8	331.051	8,2	662.102	6,3
Outros ADPs com 3 INDs	207.340	5,4	622.020	5,9	274.582	6,8	823.746	7,8
Outros ADPs com 4 INDs	250.465	6,5	1.001.860	9,5	185.425	4,6	741.700	7,0
Outros ADPs com 5 INDs	157.843	4,1	789.215	7,5	144.729	3,6	723.645	6,9
ADP's com 6 ou mais INDs	91.577	2,4	594.231	5,6	116.425	2,9	769.514	7,3
TOTAL	3.829.464	100	10.579.590	100	4.044.100	100	10.561.614	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos IDEFs

³⁵ Por questões óbvias relacionadas com a enorme variedade de tipos individuais no seio da totalidade das amostras de ADPs, o que anula a pretensão de delimitar claramente a sua composição.

³⁶ Note-se que não existem outros ADPs compostos por um único indivíduo em ambos os IDEFs.

Outros tipos de ADPs foram inicialmente definidos a partir da amostra do IDEF 2010/2011, designadamente, a desagregação dos ADPs com filhos menores por aqueles compostos por crianças até 5 anos e entre 6 e 17 anos, bem como a identificação dos ADPs com filhos maiores cujas idades se compreendiam entre 18 e 34 anos³⁷, mais de acordo com a tipologia dos INDs que integraram os *focus groups* do projecto raP e com as especificidades da sociedade portuguesa, mas por motivos de comparabilidade entre os dois IDEFs, cuja metodologia de registo das características dos INDs, nomeadamente, a idade, difere consideravelmente, tal não foi possível³⁸. A escolha das tipologias de ADPs foi realizada a partir da prevalência real das mesmas nas amostras dos IDEFs, e não da sua prevalência estimada para os respectivos universos. O critério de representatividade adoptado teve como limite inferior a correspondência das tipologias de ADPs a, pelo menos, 0,5% do total das amostras, como se pode ver no Anexo 1.

2.2 Classificação de despesa

As despesas de consumo são classificadas e codificadas no IDEF segundo a última estrutura-base da Classificação do Consumo Individual por Objectivo (COICOP), elaborada pela OCDE, aprovada em 1999 e reconhecida internacionalmente, adaptada às necessidades do HBS, designada COICOP-HBS. Enquanto a COICOP se apresenta desagregada em divisões (2 dígitos), grupos (3 dígitos) e classes (4 dígitos), a COICOP-

³⁷ Todos os intervalos de idade referidos devem entender-se como intervalos fechados, que compreendem os seus valores extremos.

³⁸ Estas pequenas dificuldades são expectáveis em trabalhos desta natureza. Neste caso, teria apenas sido possível distinguir entre menores até 13 anos e menores entre 14 e 17 anos, bem como identificar maiores entre 18 e 29 anos ou entre 18 e 44, o que se entendeu não corresponder aos objectivos do projecto raP nem acrescentar mais-valia à presente análise, pelo que se entendeu trabalhar com as categorias mais simplistas de «menor» e «maior» e não sobrecarregar a análise. Felicitamos, no entanto, o INE pela clara evolução na metodologia de registo dos dados recolhidos entre as duas últimas edições do IDEF.

-HBS define também categorias (5 dígitos) de bens e serviços, embora ao nível nacional se façam classificações com maior desagregação, como acontece no caso português com a Classificação Portuguesa do Consumo Individual por Objectivo, que vai aos 6 dígitos, só se compatibilizando com a COICOP, ou com a COICOP-HBS, até à classe (4 dígitos). As listas de registo de produtos do IDEF, no entanto, vão ainda mais longe no seu nível de detalhe, apresentando no último IDEF 2010/2011, ao seu nível mais elementar (8 dígitos), cerca de 14 mil produtos (ver European Communities, 2003: 2, 166-208; INE, 2010: 14; INE, 2012a: 7; UN, 1999: 76-112).

As bases de dados dos IDEFs a que a equipa do projecto raP teve acesso apresentam as despesas desagregadas até aos 5 dígitos, segundo a COICOP-HBS. Para efeitos de análise, procedeu-se à agregação da totalidade das classes (4 dígitos), de modo a seguir a COICOP³⁹, numa classificação de despesa mais fácil de operacionalizar e que permite uma análise mais intuitiva⁴⁰, que apresenta, ainda assim, dois níveis de agregação, tal como se pode ver na Tabela II, a que poderemos chamar categorias e subcategorias. A correspondência entre as classes da COICOP constantes dos IDEFs e a classificação adoptada apresenta-se no Anexo 2, tendo sido realizada ao nível das subcategorias, quando definidas, que, agregadas, compõem a sua categoria-mãe.

A análise relativa às despesas dos ADPs será realizada com base nos coeficientes orçamentais correspondentes, i.e., a proporção (em %) da despesa total dos ADPs afecta a determinada categoria ou subcategoria definida de despesa.

³⁹ Para garantir plena comparabilidade entre as diferentes classificações existentes numa qualquer análise futura.

⁴⁰ Esta classificação foi também baseada no trabalho desenvolvido pelo projecto MIS (ver Bradshaw et al., 2008: 27-35 e materiais diversos constantes da secção *Budget detail: items and prices* do site do projecto MIS: <http://www.lboro.ac.uk/research/crsp/mis/results/>), embora fazendo algumas adaptações à realidade portuguesa e tendo em conta a impossibilidade de identificação de determinados tipos de bens e serviços na COICOP.

TABELA II

CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA ADOPTADA

A Alimentação	E Bens e Serviços Domésticos e Pessoais
A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas	E1 Bens Domésticos
A2 Take Away e Restauração	E2 Serviços Domésticos
B Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	E3 Bens e Serviços Pessoais
B1 Bebidas Alcoólicas	F Educação
B2 Tabaco e Narcóticos	G Saúde *
C Vestuário e Calçado	H Transportes
C1 Vestuário	H1 Custos relacionados com Veículos Pessoais
C2 Calçado	H2 Tarifas e Outros Custos de Transporte
D Custos relacionados com a Habitação	H3 Seguros relacionados com os Transportes
D1 Rendas/Hipotecas	I Participação Social e Cultural
D2 Abastecimento de Água	I1 Bens de Lazer
D3 Energia	I2 Animais de Estimação
D4 Saneamento e Resíduos Sólidos	I3 Entretenimento e Cultura
D5 Seguros relacionados com a Habitação	I4 Turismo e Alojamento
D6 Outros Custos relacionados com a Habitação	J Serviços Financeiros **
	K Outros Serviços

* inclui Seguros relacionados com a Saúde

** não inclui Seguros de Vida - Fora do âmbito do IDEF

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados dos IDEFs, COICOP (UN, 1999: 76-112), Bradshaw et al. (2008: 27-35) e materiais diversos constantes da secção *Budget detail: items and prices* do site do projecto MIS: <http://www.lboro.ac.uk/research/crsp/mis/results/>

A despesa foi escolhida como variável de análise por se entender ser aquela que é mais correctamente capturada no IDEF e a que melhor corresponde ao conceito de adequação do rendimento do projecto raP, que se traduz na capacidade monetária para realizar um padrão de vida digno, que se concretiza, afinal, nas despesas de consumo dos ADPs⁴¹. A discussão acerca de qual é a melhor variável para identificar os «pobres» é vasta (ver Pereira, 2010: 58-63, 166-182). A este propósito, note-se que

O facto de a identificação dos pobres numa sociedade se fazer através do critério de privação medido pela falta de recursos (rendimento, por exemplo) não significa, de modo algum, que se esteja perante um tipo específico de pobreza, que alguns designam por «pobreza financeira» ou

⁴¹ Note-se que o INE procura na sua validação de dados do IDEF dar especial atenção ao “Equilíbrio entre despesa e rendimento (ainda que haja vertentes financeiras não acompanhadas, como a poupança e o recurso ao endividamento)” (INE, 2012b: 19).

«pobreza monetária». (...) Deve, com efeito, notar-se que ao definir o limiar de pobreza em termos do rendimento necessário para satisfazer as necessidades humanas básicas, não se está a reduzir a pobreza a uma realidade meramente financeira. A falta de rendimentos conduz à situação em que as necessidades básicas não podem ser satisfeitas, o que, por sua vez, cria uma situação existencial que atinge os mais diversos e profundos aspectos da vida e da personalidade humanas. A escolha de uma unidade monetária (rendimento, consumo ou despesa) para expressar o limiar de pobreza só interessa na medida em que reflecte todo um conjunto de carências, materiais e imateriais, que afectam a vida das pessoas, ou seja, porque reflecte a pobreza sem adjectivos limitativos. (In Bruto da Costa et al., 2008: 30).

Entendemos utilizar a despesa total como variável de análise a desagregar porque, desde logo, apesar de ambos os IDEFs distinguirem, dentro da despesa total dos ADPs, a despesa monetária e não monetária⁴², apenas a base de dados do IDEF 2010/2011⁴³ apresenta as rubricas da COICOP-HBS para os três tipos de despesa. A preocupação primordial, no entanto, foi não ignorar o peso e a essência determinante das variáveis não monetárias na composição da despesa total dos ADPs, deixando claro que se pretende nesta análise ir além da medição da capacidade aquisitiva das famílias, no sentido estrito dos bens e serviços adquiridos no mercado, para observar os seus padrões de consumo, independentemente da origem dos bens e serviços consumidos.

2.3 Categorização de necessidades humanas

Outra forma de classificar o tipo de despesas das famílias será pensar nas necessidades humanas⁴⁴ que os indivíduos pretendem ver satisfeitas através dos seus consumos de bens e serviços. Esta abordagem foi levada a cabo pelo projecto raP, que construiu

⁴² “A Despesa Total é composta pela soma da Despesa Monetária com a Despesa não Monetária. Despesa Monetária: refere-se a todas as compras de bens e serviços, no país ou no estrangeiro, sejam para consumo imediato pelo agregado, oferta ou armazenamento, abrangendo um período de referência retroativo até aos 12 meses anteriores à quinzena da entrevista. As compras são avaliadas pelo seu valor total, independentemente do modo ou momento do pagamento. Despesa não Monetária: abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos, sem pagamento, de estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito de valor hipotético de renda de casa), recebimentos em géneros e salários em espécie.” (INE, 2012a: 23).

⁴³ O INE recolheu, é claro, esta informação no IDEF 2005/2006. Note-se que ela apenas não constava, de forma desagregada, das bases de dados a que tivemos acesso.

⁴⁴ Ver secção 1.1.

uma matriz de necessidades para análise dos resultados dos *focus groups* realizados com a população portuguesa (ver Anexo 3), inspirada na sistematização de necessidades humanas de Max-Neef⁴⁵ (1991: 32-33) mas integrando *inputs* de outros autores, e.g., Nussbaum (ver Pereira et al., 2013: 10-12).

Neste trabalho quisemos explorar este caminho através do estabelecimento de uma relação entre os bens económicos consumidos pelos ADPs registados no IDEF e a classificação de necessidades humanas desenvolvida pelo projecto raP. Note-se que Max-Neef identifica quatro categorias existenciais – *Being, Having, Doing, Interacting* – e nove categorias axiológicas de necessidades humanas – *Subsistence, Protection, Affection, Understanding, Participation, Idleness, Creation, Identity, Freedom* – a que a equipa do projecto raP entendeu juntar uma décima, que designou por Transcendência, categoria aliás referida pelo autor mas não transposta para a matriz porque “*we do not yet consider it universal*” (Max-Neef, 1991: 27, 32-33). Neste trabalho decidimos, porém, não a considerar, apenas pelo motivo óbvio de que será impossível fazê-la corresponder a qualquer bem ou serviço. Trataremos, então, das categorias Subsistência, Segurança, Afeição, Compreensão, Participação, Lazer, Criação, Identidade e Liberdade, tal como definidas pela equipa do projecto raP, mas não perdendo de vista as indicações constantes da matriz de Max-Neef⁴⁶, fazendo-as corresponder com a COICOP-HBS ao nível da categoria (5 dígitos) para tentar fazer uma correspondência o mais fina possível, utilizando a informação mais desagregada de que dispomos. Apresentamos esta correspondência no Anexo 4. Note-se que esta classificação de necessidades humanas não poderá corresponder a uma partição da

⁴⁵ Outro dos autores que tentaram tipificar necessidades humanas, como vimos na secção 1.1.

⁴⁶ Ver anexo 3 e Max-Neef (1991: 32-33).

despesa total dos ADPs mas antes encerra uma evidente sobreposição de categorias da COICOP-HBS concorrentes para a satisfação de mais do que uma necessidade em simultâneo. A este propósito, Max-Neef esclarece que

Human needs must be understood as a system: that is, all human needs are interrelated and interactive. (...) There is no one-to-one correspondence between needs and satisfiers. A satisfier may contribute simultaneously to the satisfaction of different needs or, conversely, a need may require various satisfiers in order to be met. Not even these relations are fixed. They may vary according to time, place and circumstance. (In Max-Neef, 1991: 17).

Max-Neef distingue claramente necessidades, seus mecanismos de satisfação e bens económicos, apontando sim a relação dialéctica, permanente e dinâmica, que se estabelece entre estes conceitos (Max-Neef, 1991: 25, 30).

(...) needs not only indicate deprivations but also, and at the same time, individual and collective human potential. (...) satisfiers are individual or collective forms of Being, Having, Doing and Interacting in order to actualize needs. (...) economic goods are objects or artifacts which affect the efficiency of a satisfier, thus altering the threshold of actualization of a need, either in a positive or negative sense.

(...) fundamental human needs change with the pace of evolution, that is to say, at a very slow rate. Therefore, fundamental human needs are not only universal, but are also entwined with the evolution of the species. They follow a single track.

Satisfiers behave in two ways: they are modified according to the rhythm of history and vary according to culture and circumstance.

Economic goods (artifacts, technologies) behave in three different ways: they are modified according to episodic rhythms (vogues, fashions) and diversify according to cultures and, within those cultures, according to social strata. (In Max-Neef, 1991: 28).

Importa dizer que Max-Neef (1991: 30) considera as suas definições “*neither normative nor conclusive*”, opinião, decerto, partilhada pela equipa do projecto raP. A escolha desta sistematização de necessidades humanas fundamentais foi motivada pela sua potencialidade de operacionalização, em particular, da informação constante do IDEF, embora a sua correspondência com as categorias da COICOP-HBS, representativas dos bens económicos que correspondem à materialização dos mecanismos de satisfação das necessidades humanas, seja, como o próprio autor ressalva, altamente subjectiva e, portanto, não ausente de críticas.

To assume a direct relation between needs and economic goods has allowed us to develop a discipline of economics that presumes itself to be objective. This could be seen as a mechanistic discipline in which the central tenet implies that needs manifest themselves through demand which, in turn, is determined by individual preferences for the goods produced. To include satisfiers within the framework of economic analysis involves vindicating the world of the "subjective" over and above mere preferences for objects and artifacts.(...) The way in which needs are expressed through satisfiers varies according to historical period and culture. The social and economic relations, defined by historical and cultural circumstances, are concerned both with the subjective and the objective. Hence, satisfiers are what render needs historical and cultural, and economic goods are their material manifestation. (In Max-Neef, 1991: 26-27).

A correspondência com as categorias da COICOP-HBS é um exercício de carácter experimental ou exploratório, logo, pouco rigoroso, resultado de uma reflexão pessoal, tendo em conta as circunstâncias históricas e culturais da sociedade pós-moderna⁴⁷ em que vivemos hoje, no chamado Ocidente, não se pretendendo fazê-la corresponder quer à opinião da equipa do projecto raP quer ao entendimento da sociedade portuguesa⁴⁸. Algumas pistas sobre a reflexão levada a cabo no estabelecimento desta correspondência entre bens económicos e necessidades humanas apresentam-se como notas ao Anexo 4.

It is the satisfiers which define the prevailing mode that a culture or a society ascribes to needs. Satisfiers are not the available economic goods. (...)
The same satisfier can actualize different needs in different cultures and in different time periods. The reason that a satisfier may have diverse effects in various contexts is due to the breadth of the goods generated, how they are generated and, how consumption is organized. Understood as objects or artifacts which make it possible to increase or decrease the efficiency of a satisfier, goods have become determinant elements within industrial civilization. In industrial capitalism, the production of economic goods along with the system of allocating them has conditioned the type of satisfiers that predominate.
While a satisfier is in an ultimate sense the way in which a need is expressed, goods are in a strict sense the means by which individuals will empower the satisfiers to meet their needs. (In Max-Neef, 1991: 24-25).

⁴⁷ Não é fácil definir este conceito. Vejam-se os escritos de Zigmunt Bauman ou Anthony Giddens acerca da pós-modernidade.

⁴⁸ Seria desejável encontrar uma correspondência mais rigorosa, consolidada e consensual entre bens económicos e necessidades humanas. Teria sido interessante colocar esta questão prévia aos *focus groups* realizados pelo projecto raP, procurando identificar quais são as necessidades humanas que os indivíduos querem ver satisfeitas e, só depois de chegados a uma lista consensual das mesmas, perguntar que bens e serviços concretizam os mecanismos de satisfação dessas necessidades. Esta seria, todavia, uma discussão difícil de conduzir porque cada participante teria concepções diferentes acerca do significado de cada categoria de necessidades proposta, o que suscitaria argumentações, quiçá intermináveis, em torno de semântica e não da concreta relação entre mecanismos de satisfação e necessidades, pelo que a metodologia adoptada pelo projecto raP se revelou mais sensata. Note-se, no entanto, que o dinheiro foi, em vários *focus groups*, ligado à satisfação de todas as necessidades identificadas pela equipa, o que nos pode levar a pensar que são os recursos financeiros o verdadeiro mecanismo de satisfação das necessidades humanas, pelo menos numa sociedade de mercado como aquela em que vivemos hoje. Talvez no futuro um outro projecto de investigação possa explorar a opinião da sociedade acerca desta correspondência, sendo certo que este seria também um interessante tema de doutoramento.

Existe, assim, neste trabalho uma dificuldade difícil de contornar, relacionada com o facto de a classificação COICOP-HBS ter sido definida no espírito do tipo de consumos prevaletentes na sociedade moderna, industrial, da segunda metade do século XX, mas o entendimento actual das necessidades humanas encerrar já expectativas próprias da sociedade pós-moderna vigente neste início do século XXI.

3. Pobreza em Portugal

Segundo o limiar de pobreza relativa definido pela UE⁴⁹, os dados provisórios do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR)⁵⁰ realizado em 2012 dizem-nos que 17,9% da população portuguesa estava em risco de pobreza⁵¹ em 2011⁵², valores que não se afastam consideravelmente dos registados desde o lançamento do ICOR, em 2003 (ver Anexo 5). Uma vez que este limiar de pobreza, apenas baseado no rendimento monetário líquido⁵³ dos ADPs, nos oferece muitas reticências como medida de incidência da pobreza, e que o rendimento não monetário coincide, no IDEF, com a despesa não monetária⁵⁴ (INE, 2012a: 61), dimensão que queremos contemplar, e, afinal, porque o objectivo último do projecto raP é desenvolver uma

⁴⁹ Apresentado na secção 1.2.

⁵⁰ Para saber mais sobre este inquérito ver Documento Metodológico, disponível no site do INE: <http://smi.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/?id=10073&lang=PT>.

⁵¹ “Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza” convencionada pelo Eurostat (INE, 2012a: 62). Entende-se por transferências sociais as pensões de reforma e sobrevivência e as transferências sociais relacionadas com a doença/invalidez e incapacidade, família, educação, desemprego, habitação, desemprego e inclusão social.

⁵² In Destaque do INE de 15 de Julho de 2013, disponível no site do INE:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=156015568&DESTAQUESmodo=2.

⁵³ “Rendimento Monetário Líquido: inclui os rendimentos – obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros – provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social.” (INE, 2012a: 61).

⁵⁴ Ver nota 42.

medida absoluta de pobreza alternativa a esta, vamos apenas considerar neste estudo que a população «pobre» em Portugal poderá ser identificada, como *proxy*, com os ADPs que se situam no primeiro quintil da despesa total por adulto equivalente⁵⁵. Para efeitos de comparação, os restantes ADPs serão considerados «não-pobres» e, em particular, os ADPs que se situam no último decil da despesa total por adulto equivalente serão considerados «ricos».

3.1 Perfil dos agregados familiares considerados «pobres»

Segundo o IDEF 2010/2011, os ADPs «pobres» localizam-se no continente (94,0%), em particular nas regiões Norte (34,0%), Centro (24,9%) e de Lisboa (22,3%), e em áreas predominantemente urbanas (59,3%), com 17,9% dos mesmos em áreas mediantemente urbanas e 22,8% em áreas predominantemente rurais⁵⁶ (ver Anexo 6). Esta distribuição não se afasta consideravelmente da estimada pelo IDEF 2005/2006, mas podemos notar algum agravamento da incidência da pobreza na Região Autónoma dos Açores, que concentrava então 2,2% destes ADPs e em 2010/2011 apresenta 3,1%, e um claro aumento da sua prevalência nas áreas predominantemente urbanas, que registavam antes 54,2%, e, em especial, na região de Lisboa, que contava então com apenas 15,6% destes ADPs, movimento compensado pela diminuição da incidência da pobreza nas áreas predominantemente rurais, que antes concentravam 26,5% destes ADPs.

⁵⁵ Define-se despesa total por adulto equivalente como o resultado obtido da divisão da despesa total de cada agregado “pela sua dimensão em termos de adultos equivalentes, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE” (INE, 2012a: 61), que atribui, dentro de cada agregado, um peso de 1 ao primeiro adulto; 0,5 aos restantes adultos (com 14 e mais anos); e 0,3 a cada criança (com menos de 14 anos) (ver glossário no *site* do Eurostat: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:Equivalent_income).

⁵⁶ Faz-se referência às regiões NUTS I e NUTS II de 2002, segundo a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), e à Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU) de 2009, cujas definições se podem consultar no Sistema de Metainformação do *site* do INE: <http://smi.ine.pt/>.

Em 2005/2006 a maioria destes agregados vivia em edifícios residenciais isolados (44,9%) ou geminados ou em banda (33,2%), com apenas 19,3% em apartamentos e 2,6% noutro tipo de alojamentos (incluindo barracas), verificando-se em 2010/2011 uma diminuição da proporção destes ADPs a residir em edifícios isolados (43,2%) ou geminados ou em banda (22,5%) e noutro tipo de alojamentos (1,4%) e um forte aumento dos mesmos a residir em apartamentos (32,9%).

A dimensão média destes agregados era de 2,67 indivíduos em 2005/2006, passando para 2,62 em 2010/2011, apresentando uma redução ligeira face à tendência geral de diminuição do número médio de pessoas por família na sociedade portuguesa, identificada nos Censos 2011 (INE, 2012c: 59). Estes ADPs correspondem, em mais de um terço, a mulheres idosas a viver sós e casais de idosos, como podemos ver na Tabela III. Apresentam também um peso significativo de casais de adultos em idade activa e com 1 ou 2 filhos menores, e ADPs com 2, 3, 5 e 6 ou mais INDs. Estes números denotam a particular fragilidade económica dos idosos, em especial, das mulheres idosas a viver sós, e dos indivíduos a viver em casal, quer idosos, quer em idade activa, mas também dos casais com filhos menores e dos ADPs mais atípicos, onde as relações de parentesco entre os indivíduos não são as tradicionais, ou de maior dimensão. Analisando a evolução entre os IDEFs, nota-se um particular agravamento da situação das mulheres a viver sós, idosas e, em especial, em idade activa, e dos casais de adultos em idade activa, situação que, provavelmente, dever-se-á ao aumento do desemprego verificado entre os anos 2005/2006 e 2010/2011⁵⁷.

⁵⁷ Segundo o INE e a Pordata, a taxa de desemprego era de 7,6%, em 2005, e de 12,7%, em 2011. Note-se ainda que, tradicionalmente, a taxa de desemprego feminina é superior à masculina. Ver *site* da Pordata: [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550).

TABELA III

PREVALÊNCIA ESTIMADA DOS ADPs CONSIDERADOS «POBRES», POR TIPOLOGIA DEFINIDA

Tipologias de ADPs	IDEF 2005/2006		IDEF 2010/2011	
	# ADPs	% ADPs	# ADPs	% ADPs
Homem idoso a viver só	23.972	3,1	28.872	3,6
Mulher idosa a viver só	117.224	15,3	131.405	16,2
Casal de idosos	117.889	15,4	114.389	14,1
Homem em idade activa a viver só	20.352	2,7	28.243	3,5
Mulher em idade activa a viver só	17.863	2,3	32.354	4,0
Casal de adultos em idade activa	41.171	5,4	62.173	7,7
Casal de adultos em idade activa com 1 filho menor	55.104	7,2	35.467	4,4
Casal de adultos em idade activa com 2 filhos menores	42.748	5,6	45.460	5,6
Casal de adultos em idade activa com 3 filhos menores	9901	1,3	16.637	2,1
Casal de adultos em idade activa com 1 filho maior	34.785	4,5	28.410	3,5
Casal de adultos em idade activa com 2 filhos maiores	15.844	2,1	18.085	2,2
Adulto em idade activa (monoparental) com 1 filho menor	6337	0,8	6242	0,8
Adulto em idade activa (monoparental) com 2 filhos menores	4267	0,6	7497	0,9
TOTAL DOS ADPs ESCOLHIDOS	507.458	66,2	555.234	68,6
Outros ADPs com 2 INDs	77.045	10,1	70.791	8,8
Outros ADPs com 3 INDs	51.362	6,7	64.550	8,0
Outros ADPs com 4 INDs	54.121	7,1	32.627	4,0
Outros ADPs com 5 INDs	36.676	4,8	39.220	4,8
ADPs com 6 ou mais INDs	39.336	5,1	46.457	5,7
TOTAL	765.997	100	808.879	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos IDEFs

Estes ADPs são, maioritariamente, proprietários do alojamento onde residem, sem crédito à habitação (53,3%, segundo o IDEF 2005/2006, e 47,2%, no IDEF 2010/2011), tendo 8,1% e 9,6%, respectivamente, crédito à habitação, e sendo arrendatários (ou subarrendatários), com renda a preços de mercado, 11,7% e 16,8%, e com renda inferior ao preço de mercado, 18,1% e 20,3%, vivendo ainda 8,7% e 6,1% em alojamentos cedidos gratuitamente ou a título de salário. Quase um terço possui garagem ou estacionamento na sua residência principal e apenas uma ínfima minoria residências secundárias. A quase totalidade tem acesso a água canalizada, electricidade e saneamento, e possui instalação sanitária completa, fogão ou placa (com ou sem forno), frigorífico ou combinado e televisão. A esmagadora maioria

possui máquina de lavar roupa, aparelho de aquecimento de água (esquentador, termoacumulador, etc.) e telefone de rede móvel. A maioria possui aparelho de aquecimento de ar, fixo ou móvel, micro-ondas, arca frigorífica, aspirador e telefone de rede fixa. Apenas uma minoria possui gás canalizado, máquina de lavar loiça, máquina de secar roupa, aparelho de ar condicionado, fixo ou móvel, sistema de aquecimento central, desumidificador eléctrico, ou computador pessoal, de secretária ou portátil, sem ligação à internet, consola de jogos (com ou sem leitor de DVD), câmara de vídeo, ou leitor de MP3 ou MP4. Cerca de um terço tem acesso a televisão por cabo ou satélite e computador pessoal, de secretária ou portátil, com ligação à internet. Entre um quinto e um quarto, aproximadamente, possuem leitor de CDs, equipamento fotográfico e bicicleta. 41,6% possuem automóvel (ligeiro de passageiros ou misto), 9,8% ciclomotor (até 50 cc.) e 2,6% motociclo (superior a 50 cc.).

O rendimento monetário líquido anual mediano estimado destes ADPs foi de 7620€, segundo o IDEF 2005/2006, e 9167€, no IDEF 2010/2011, e a despesa total média estimada foi de 6457€ e 7635€, respectivamente, sendo a despesa não monetária média estimada 1759€ e 2018€⁵⁸ (podemos comparar estes valores com os verificados para os ADPs considerados «não-pobres» e «ricos» consultando o anexo 7).

As principais fontes de rendimento monetário são pensões (49,6% e 51,0%), o que reflecte a preponderância de idosos na composição destes ADPs, e trabalho por conta de outrem (37,4% e 37,3%), com o trabalho por conta própria a surgir em 5,0% e 3,7% dos ADPs, respectivamente, e outras transferências sociais a apresentarem um peso, e

⁵⁸ Ver nota 42. Note-se que no IDEF os rendimentos referem-se ao ano fiscal anterior ao da realização do inquérito, neste caso, 2005 e 2009, enquanto as despesas são anualizadas, já que a recolha de dados se desenvolve ao longo de cerca de um ano, com um período de observação dos ADPs de duas semanas (INE, 2012b: 14-17).

um aumento, significativo (3,3% e 6,9%), enquanto outras fontes de rendimento diminuem de 4,3% para 0,9% e rendimentos de propriedade e capital são residuais, passando de 0,4% para 0,2%.

3.2 Padrões de consumo dos agregados familiares

Segundo o IDEF 2005/2006, a despesa monetária agregada estimada da população portuguesa rondou os 51,2 mil milhões de euros, enquanto no IDEF 2010/2011 se cifrou nos 63,8 mil milhões, valores substancialmente inferiores aos registados nestes anos pelo INE como despesa de consumo final⁵⁹ nas Contas Nacionais das famílias (ver Anexo 8), o que nos indica que as despesas dos ADPs são ainda muito subvalorizadas no IDEF. Note-se o peso considerável da despesa não monetária, que ronda os 25% da despesa total para a generalidade dos ADPs, sendo menos relevante (cerca de 20%) nos ADPs «ricos» e mais significativa (quase 30%) nos ADPs «pobres» (ver Anexo 7). Acrescente-se ainda que, apesar de o IDEF não registar a poupança ou o endividamento dos ADPs, podemos constatar o recurso ao endividamento por parte dos ADPs considerados «ricos» (ver Anexo 7).

Considerando a desagregação da despesa total nas categorias e subcategorias de despesa definidas (ver Tabela II), podemos analisar os coeficientes orçamentais médios afectos pelos ADPs a cada tipo de despesa, apresentados na Tabela IV.

⁵⁹ “A despesa de consumo final consiste na despesa efetuada pelas unidades institucionais residentes com os bens ou serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades ou carências individuais, ou das necessidades coletivas de membros da coletividade. A despesa de consumo final pode ser efetuada no território nacional ou no estrangeiro.” (In Sistema de Metainformação do site do INE: <http://smi.ine.pt/>).

TABELA IV

COEFICIENTES ORÇAMENTAIS MÉDIOS (%) ESTIMADOS DOS ADPs

Categorias de despesa	IDEF 2005/2006				IDEF 2010/2011			
	«pobres»	«não-pobres»	«ricos»	TOTAL	«pobres»	«não-pobres»	«ricos»	TOTAL
A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas	26,37	16,70	9,02	18,63	20,51	14,06	7,90	15,35
A2 Take Away e Restauração	7,30	10,65	10,78	9,98	4,56	9,67	12,07	8,65
A Alimentação	33,68	27,35	19,80	28,61	25,07	23,73	19,97	24,00
B1 Bebidas Alcoólicas	1,04	0,80	0,63	0,85	0,71	0,67	0,53	0,67
B2 Tabaco e Narcóticos	2,07	1,61	0,81	1,70	1,47	1,30	0,82	1,34
B Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	3,11	2,41	1,44	2,55	2,18	1,97	1,35	2,01
C1 Vestuário	1,83	2,88	3,67	2,67	1,41	2,45	3,26	2,24
C2 Calçado	0,83	0,94	0,99	0,92	0,74	0,91	1,03	0,88
C Vestuário e Calçado	2,66	3,82	4,66	3,59	2,15	3,36	4,29	3,12
D1 Rendas/Hipotecas	25,09	22,67	17,79	23,16	30,52	22,66	16,32	24,23
D2 Abastecimento de Água	1,76	0,94	0,53	1,11	1,91	0,98	0,63	1,17
D3 Energia	7,82	4,55	2,66	5,20	10,27	6,40	3,65	7,18
D4 Saneamento e Resíduos Sólidos	0,41	0,24	0,16	0,28	0,50	0,28	0,19	0,32
D5 Seguros relacionados com a Habitação	0,17	0,34	0,35	0,31	0,15	0,31	0,38	0,28
D6 Outros Custos relacionados com a Habitação	0,28	0,77	1,01	0,67	0,39	1,94	3,64	1,63
D Custos relacionados com a Habitação	35,54	29,52	22,50	30,72	43,74	32,57	24,81	34,80
E1 Bens Domésticos	2,51	3,26	3,74	3,11	2,31	2,80	2,92	2,70
E2 Serviços Domésticos	4,21	4,07	5,56	4,10	4,85	4,56	5,58	4,62
E3 Bens e Serviços Pessoais	2,87	3,43	4,07	3,32	3,06	3,76	3,93	3,62
E Bens e Serviços Domésticos e Pessoais	9,59	10,76	13,37	10,52	10,21	11,12	12,42	10,94
F Educação	0,31	1,20	2,84	1,02	0,27	1,61	2,93	1,34
G Saúde	6,46	6,71	5,54	6,66	6,39	6,52	5,42	6,50
H1 Custos relacionados com Veículos Pessoais	3,04	9,44	17,33	8,16	4,64	10,98	18,18	9,71
H2 Tarifas e Outros Custos de Transporte	1,43	1,26	1,33	1,30	1,44	1,32	1,27	1,35
H3 Seguros relacionados com os Transportes	1,45	1,74	1,46	1,69	1,05	1,23	1,05	1,19
H Transportes	5,92	12,45	20,12	11,14	7,13	13,53	20,50	12,25
I1 Bens de Lazer	0,41	1,15	1,96	1,00	0,29	0,85	1,26	0,73
I2 Animais de Estimação	0,20	0,34	0,48	0,32	0,39	0,65	0,66	0,60
I3 Entretenimento e Cultura	1,80	3,03	3,83	2,79	1,79	2,79	3,81	2,59
I4 Turismo e Alojamento	0,06	0,72	2,53	0,58	0,10	0,73	1,87	0,61
I Participação Social e Cultural	2,47	5,24	8,80	4,68	2,57	5,02	7,60	4,53
J Serviços Financeiros	0,01	0,03	0,07	0,03	0,04	0,06	0,12	0,06
K Outros Serviços	0,26	0,51	0,86	0,46	0,27	0,51	0,60	0,46
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos IDEFs

Vemos, assim, que Custos relacionados com a Habitação, nomeadamente, Rendas/Hipotecas e Energia, e Alimentação correspondem, conjuntamente, a quase 60% da despesa da totalidade dos ADPs, enquanto Transportes, em particular, Custos relacionados com Veículos Pessoais, e Bens e Serviços Domésticos e Pessoais consomem mais cerca de 20% dos orçamentos. Saúde canaliza quase 7% da despesa, Participação Social e Cultural quase 5%, Vestuário e Calçado pouco mais de 3%, Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos pouco mais de 2% e Educação cerca de 1%.

Comparando o perfil de despesas dos ADPs considerados «pobres» com o dos «não-pobres» e, em particular, com o dos «ricos», vemos que são os primeiros que gastam uma proporção maior dos seus orçamentos em Alimentação e Bebidas não Alcoólicas, Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos, Custos relacionados com a Habitação, e Tarifas e Outros Custos de Transporte, enquanto os ADPs considerados «ricos» afectam maiores proporções da despesa a Take Away e Restauração, Vestuário e Calçado, Seguros relacionados com a Habitação, Outros Custos relacionados com a Habitação, Bens e Serviços Domésticos e Pessoais, Educação, Custos relacionados com Veículos Pessoais, Participação Social e Cultural, Serviços Financeiros e Outros Serviços. Os ADPs considerados «não-pobres» são os que, proporcionalmente, mais gastam em Seguros relacionados com os Transportes.

Analisando apenas os ADPs considerados «pobres» (ver Anexo 9), podemos ver que são homens em idade activa a viver sós e adultos em idade activa (monoparentais) com 1 filho menor, respectivamente, em cada um dos IDEFs, que maior proporção dos seus orçamentos afectam a Alimentação, com os primeiros a consumir também mais Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos e os segundos, conjuntamente com casais de adultos em idade activa com 3 filhos menores, Vestuário e Calçado. Adultos em idade activa (monoparentais) com 2 filhos menores e mulheres idosas a viver sós são os que, proporcionalmente, mais gastam em Custos relacionados com a Habitação e adultos em idade activa (monoparentais) com 1 filho menor e homens idosos a viver sós em Bens e Serviços Domésticos e Pessoais. Casais de adultos em idade activa com 2 filhos maiores e outros ADPs com 4 INDs afectam maior proporção orçamental a Educação e Serviços Financeiros e casais de idosos a Saúde. Em Transportes gastam mais,

proporcionalmente, casais de adultos em idade activa com 2 filhos, quer menores, quer maiores, e em Participação Social e Cultural adultos em idade activa (monoparentais) com 1 ou 2 filhos menores, com os últimos a gastar mais também em Outros Serviços, tal como casais de adultos em idade activa com 1 filho menor.

3.3 Uma análise acerca da satisfação de necessidades humanas

Se pensarmos nas necessidades humanas que os indivíduos pretendem ver satisfeitas através dos seus consumos de bens e serviços, podemos também analisar as percentagens da despesa total que os ADPs afectam à satisfação de cada necessidade definida pelo projecto raP (ver Anexo 3), à excepção da Transcendência, e delimitada conforme se apresenta no Anexo 4. Relembre-se a ressalva já apontada de que não se trata, neste caso, de observar partições da despesa total mas antes variáveis que, por definição, encerram uma substancial sobreposição dos bens e serviços concorrentes para a sua realização, como podemos constatar pelos totais constantes da Tabela V.

TABELA V

PERCENTAGENS MÉDIAS ESTIMADAS DA DESPESA TOTAL AFECTAS À SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES

Categorias de necessidades	IDEF 2005/2006				IDEF 2010/2011			
	«pobres»	«não-pobres»	«ricos»	TOTAL	«pobres»	«não-pobres»	«ricos»	TOTAL
Subsistência	84,27	73,18	58,96	75,40	82,84	70,77	57,22	73,19
Segurança	57,24	58,60	59,86	58,33	66,45	61,58	58,92	62,55
AfeiçãO	45,57	55,04	63,52	53,15	50,81	57,66	65,92	56,29
Compreensão	2,00	4,15	7,12	3,72	2,02	4,44	6,85	3,96
Participação	21,42	34,37	47,43	31,78	20,61	35,34	48,17	32,40
Lazer	23,27	34,83	45,59	32,52	22,06	36,10	48,54	33,30
Criação	10,56	18,13	28,84	16,62	12,85	20,44	29,33	18,92
Identidade	53,93	67,75	79,17	64,98	57,03	68,35	79,14	66,08
Liberdade	21,62	27,94	32,40	26,68	17,92	26,17	31,12	24,52
TOTAL	319,88	373,99	422,91	363,17	332,58	380,86	425,20	371,20

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos IDEFs

Vemos, assim, que a Subsistência é a necessidade cuja satisfação se revela mais premente, para a totalidade dos ADPs, seguida da Identidade, Segurança e Afeição, por esta ordem. Em seguida, apresentando um peso menos significativo, aparecem, ordenadamente, as necessidades de Lazer, Participação e Liberdade. Menos relevante parece ser a realização da necessidade de Criação, com a Compreensão a deter um peso quase residual. Os ADPs «pobres» manifestam, no entanto, valorizar mais a Segurança do que a Identidade e, no IDEF 2005/2006, a Liberdade do que a Participação. Os ADPs «ricos» revelam uma ordenação de preferências de satisfação de necessidades um pouco diferente da globalidade dos ADPs, com a Identidade a surgir como a necessidade mais relevante, seguida da Afeição, Segurança e Subsistência, por esta ordem, mantendo-se as restantes inalteradas, excepto no IDEF 2005/2006, onde há ainda uma inversão entre Lazer e Participação. Esta aparente hierarquização de necessidades não deve, contudo, ser encarada de forma demasiado rígida, já que depende da correspondência definida entre os bens económicos e as categorias de necessidades, que, como já foi apontado, é completamente subjectiva.

Comparando o perfil de satisfação de necessidades dos ADPs considerados «pobres» com o dos «não-pobres» e, em especial, com o dos «ricos», vemos que são os primeiros que afectam uma percentagem maior dos seus orçamentos ao preenchimento da necessidade de Subsistência e, no último IDEF, também à Segurança, enquanto os últimos parecem valorizar mais todas as restantes necessidades.

Analisando apenas os ADPs considerados «pobres» (ver Anexo 10), constatamos que são homens e mulheres idosos a viver sós, respectivamente, em cada um dos IDEFs,

que maior percentagem dos seus orçamentos afectam a Subsistência, enquanto mulheres idosas a viver sós e adultos em idade activa (monoparentais) com 2 filhos menores são os que mais valorizam a Segurança. Adultos em idade activa (monoparentais) com 1 ou 2 filhos menores são os que canalizam maiores percentagens da despesa para a satisfação da necessidade de Afeição, e casais de adultos em idade activa com 2 filhos maiores e com 3 filhos menores para a Compreensão. A Participação e o Lazer são mais valorizadas por homens em idade activa a viver sós e por casais de adultos em idade activa com 2 filhos maiores, com os últimos a valorizar também mais a Criação e os primeiros a Identidade e a Liberdade.

NOTAS FINAIS

Está neste momento em preparação pelas NU a agenda de desenvolvimento pós-2015, sucessora dos ODMs, lançados em 2000 e cujo término, 2015, se aproxima (ver UN, 2013). Esta agenda é motivada por novos objectivos de desenvolvimento sustentável, inspirados pelos compromissos assumidos na Cimeira Rio+20, que decorreu em 2012, mas não parece prometer mais do que continuar a trilhar o caminho difícil de prossecução do objectivo de erradicação da pobreza.

O momento presente é, todavia, paradoxal, já que enquanto os países emergentes conseguiram, recentemente, alguma melhoria das condições de vida das suas populações por via do forte crescimento económico alcançado, retirando milhões da pobreza, os países desenvolvidos mergulharam numa crise financeira e económica que se arrasta desde 2008 e ameaça agora esse mesmo crescimento, tornando-se global.

Com a crise voltaram novos fenómenos de pobreza com os quais a população dos países desenvolvidos já não estava familiarizada, tendo-se habituado a pensar que a pobreza era uma realidade já distante, reservada aos países em desenvolvimento.

Na Europa, sobretudo no período que vivemos de crise financeira e económica, a luta contra a pobreza e a exclusão social deve estar na agenda dos responsáveis políticos dos Estados-membros, o que nos responsabiliza a todos face à necessidade de encontrar novas soluções que garantam um nível de vida digno a todos os cidadãos (...). (In Jornal Público de 5 de Setembro de 2013, p. 10).

Esta frase foi proferida pelo Presidente da República Portuguesa, a 4 de Setembro último, e a pobreza está, de facto, de volta à ordem do dia, também em Portugal.

Sendo o fenómeno novo ou velho, e independentemente da sua magnitude, já que a erradicação da pobreza é uma miragem, cabe aos investigadores e cientistas sociais

dar um contributo valioso para informar o debate em torno das políticas públicas direccionadas a esta matéria. O projecto raP cumprirá, decerto, este objectivo quando determinar os valores de rendimento que a população portuguesa considera adequados para alcançar um nível de vida digno, propondo um novo limiar absoluto de pobreza como alternativa à medição relativa da pobreza.

Nesse momento, a análise levada a cabo neste trabalho poderá ser replicada e os ADPs cujas despesas se situam abaixo desse limiar poderão ser convenientemente identificados como «pobres», no sentido de que não conseguem ver satisfeitas as necessidades de consumo de bens e serviços que lhes permitem realizar uma vida digna. Será particularmente relevante comparar, a partir dos orçamentos de referência que o projecto raP irá definir para cada tipo de famílias, os coeficientes orçamentais atribuídos a cada categoria de despesa definida, resultantes do consenso alcançado pelos *focus groups* levados a cabo com a população, com os verificados nos IDEFs para a mesma tipologia de ADPs que regista igual nível de despesa total. Deveras interessante será também tentar replicar a análise aqui levada a cabo acerca da satisfação das necessidades humanas, agora não a partir da COICOP mas, porventura, fazendo uma nova correspondência entre as categorias de despesa definidas, ou os próprios bens e serviço identificados pelos *focus groups*, e as necessidades a satisfazer, de modo a poder concluir quais são as necessidades humanas mais valorizadas no consenso alcançado. Os dados finais do projecto raP permitirão ainda analisar a adequação das escalas de equivalência geralmente usadas nestas análises, nomeadamente, a escala de equivalência modificada da OCDE.

Fica a certeza de que os resultados do projecto raP proporcionarão análises valiosas acerca do que a sociedade pensa ser o nível de vida digno em Portugal, e a esperança de que este contributo possa encontrar eco junto de camadas mais alargadas da população, suscitando o interesse dos cidadãos e enriquecendo o debate na sociedade portuguesa em torno destas matérias.

A temática da pobreza e da adequação do rendimento deve ser uma prioridade efectiva, e não apenas aparente, na agenda dos responsáveis políticos, não só ao nível das NU, mas também, tendo em conta as dificuldades e os desafios colocados no momento presente, de Portugal e da Europa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias

European Communities (2003). *Household Budget Surveys in the EU. Methodology and recommendations for harmonisation – 2003*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. [Online]. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/ramon/statmanuals/files/KS-BF-03-003--N-EN.pdf> [Acedido em 14 de Junho de 2013].

INE (s.d.). Ficheiros de microdados anonimizados do IDEF 2005/2006 e IDEF 2010/2011, disponibilizados à equipa de investigação raP mediante protocolo de acesso a dados estatísticos individuais para fins de investigação científica.

INE (2010). *Classificação Portuguesa do Consumo Individual por Objectivo 2009*. Lisboa-Portugal. [Online]. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=95593453&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt [Acedido em 14 de Junho de 2013].

INE (2012a). *Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011*. Lisboa-Portugal. [Online]. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=141577698&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt [Acedido em 14 de Junho de 2013].

INE (2012b). *Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011. Documento Metodológico*. Lisboa-Portugal. [Online]. Disponível em: [http://www.ine.pt/investigadores/IDEF2010_DM_v2.0\(vp\).pdf](http://www.ine.pt/investigadores/IDEF2010_DM_v2.0(vp).pdf) [Acedido em 14 de Junho de 2013].

INE (2012c). *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*. Lisboa-Portugal. [Online]. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554 [Acedido em 14 de Agosto de 2013].

UN (1999). *Statistical Papers Series M Nº 84*. New York. [Online]. Disponível em: http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/SeriesM_84E.pdf [Acedido em 14 de Junho de 2013].

UN (2013). *A life of dignity for all: accelerating progress towards the Millennium Development Goals and advancing the United Nations development agenda beyond 2015*. Report of the Secretary-General. General Assembly. New York. [Online]. Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/A%20Life%20of%20Dignity%20for%20All.pdf> [Acedido em 14 de Agosto de 2013].

UNDP (1997). Chapter 1 - Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In: *Human Development Report 1997*, New York. Oxford: Oxford University Press, pp. 15-23. [Online]. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1997_en_chap1.pdf [Acedido em 12 de Agosto de 2013].

Fontes secundárias

Alkire, S. (2002): Dimensions of Human Development. *World Development* 30 (2), 181-205. [Online]. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X01001097> [Acedido em 12 de Agosto de 2013].

Bradshaw, J., Middleton, S., Davis, A., Oldfield, N., Smith, N., Cusworth, L. & Williams, J. (2008). *A minimum income standard for Britain: What people think*. York: Joseph Rowntree Foundation. [Online]. Disponível em: <http://www.irf.org.uk/sites/files/irf/2226-income-poverty-standards.pdf> [Acedido em 14 de Junho de 2013].

Bruto da Costa, A. (coord.), Baptista, I., Perista, P. & Carrilho, P. (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.

Doyal, I. (2003). *Lists and thresholds: comparing our theory of human need with Nussbaum's capabilities approach*. WeD Working Paper 01, The Wellbeing in Developing Countries Research Group, University of Bath, Bath, UK. [Online]. Disponível em: <http://www.welldev.org.uk/research/workingpaperpdf/wed01.pdf> [Acedido em 12 de Agosto de 2013].

Fukuda-Parr, S. (2003). The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen's Ideas on Capabilities. *Feminist Economics* 9 (2-3), 301-307. [Online]. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1354570022000077980> [Acedido em 12 de Agosto de 2013].

Fukuda-Parr, S. & Kumar, A.K. (2003). Introduction. In: Fukuda-Parr, S. & Kumar, A.K., (Eds.) *Readings in Human Development. Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm*, UNDP. New York. New Delhi: Oxford University Press, pp. xxi-xxxi.

Jolly, R. (2002). Human development and neo-liberalism: paradigms compared. In: Fukuda-Parr, S. & Kumar, A.K., (Eds.) *Readings in Human Development. Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm*, UNDP. New York. New Delhi: Oxford University Press, 2003, pp. 82-92.

Max-Neef, M. (1991). *Human Scale Development: Conception, Application and Further Reflections*. New York and London: The Apex Press. [Online]. Disponível em: http://www.max-neef.cl/download/Max-neef_Human_Scale_development.pdf [Acedido em 14 de Junho de 2013].

Nussbaum, M. (2003). Capabilities as fundamental entitlements: Sen and Social Justice. *Feminist Economics* 9 (2-3), 33-59. [Online]. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1354570022000077926> [Acedido em 12 de Agosto de 2013].

Pereira, E. (2010). "Pobreza e ruralidade: uma análise espacial em Portugal Continental". Tese de Doutoramento. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. [Online]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/2246> [Acedido em 28 de Agosto de 2013].

Pereira, E., Pereirinha, J., Branco, F., Costa, D., Amaro, I. & Nunes, F. (2013). O que é necessário para uma pessoa viver com dignidade em Portugal?: Grupos de Orientação (Working Paper nº 1). Lisboa: Projeto Rendimento Adequado em Portugal.

Pereirinha, J., Branco, F., Pereira, E., Costa, D., Amaro, I., & Nunes, F. (2012). *What does it mean to have a minimum acceptable standard of living in Portugal today? Methodological perspectives*. Paper presented at the 10 Annual ESPAnet Conference, Edinburgh, 6 - 8 September 2012. [Online]. Disponível em: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.espanet2012.info%2F_data%2Fassets%2Fword_doc%2F0004%2F88987%2FBranco_-_Stream_4.docx&ei=Zt0kUp2jJKU7QavyYGICQ&usg=AFQjCNFXdtpqF77jMvHRDZwNeWgQ_JY1QA [Acedido em 14 de Junho de 2013].

Rodrigues, C. & Andrade, I. (2012). Monetary Poverty, Material Deprivation and Consistent Poverty in Portugal. *Notas Económicas* 35, 20-39 [Online]. Disponível em: <http://notas-economicas.fe.uc.pt/texts/ne035n0214.pdf> [Acedido em 14 de Junho de 2013].

Sen, A. (1989). Development as capability expansion. In: Fukuda-Parr, S. & Kumar, A.K., (Eds.) *Readings in Human Development. Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm*, UNDP. New York. New Delhi: Oxford University Press, 2003, pp. 3-16.

Sen, A. (2003). Foreword. In: Fukuda-Parr, S. & Kumar, A.K., (Eds.) *Readings in Human Development. Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm*, UNDP. New York. New Delhi: Oxford University Press, pp. vii-xiii.

Ul Haq, M. (1995). The human development paradigm. In: Fukuda-Parr, S. & Kumar, A.K., (Eds.) *Readings in Human Development. Concepts, Measures and Policies for a Development Paradigm*, UNDP. New York. New Delhi: Oxford University Press, 2003, pp. 17-34.

ANEXOS

ANEXO 1

COMPOSIÇÃO E PREVALÊNCIA REAL DAS TIPOLOGIAS DE ADPs DEFINIDAS

Tipologias de ADPs	IDEF 2005/2006				IDEF 2010/2011			
	# ADPs	% ADPs	# INDS	% INDS	# ADPs	% ADPs	# INDS	% INDS
Homem idoso a viver só	281	2,7	281	1,0	279	2,9	279	1,1
Mulher idosa a viver só	913	8,8	913	3,2	879	9,3	879	3,6
Casal de idosos	1233	11,9	2466	8,7	1132	11,9	2264	9,3
Homem em idade activa a viver só	292	2,8	292	1,0	352	3,7	352	1,4
Mulher em idade activa a viver só	345	3,3	345	1,2	410	4,3	410	1,7
Casal de adultos em idade activa	1111	10,7	2222	7,8	1163	12,3	2326	9,5
Casal de adultos em idade activa com 1 filho menor	963	9,3	2889	10,2	756	8,0	2268	9,3
Casal de adultos em idade activa com 2 filhos menores	821	7,9	3284	11,6	672	7,1	2688	11,0
Casal de adultos em idade activa com 3 filhos menores	149	1,4	745	2,6	96	1,0	480	2,0
Casal de adultos em idade activa com 1 filho maior	808	7,8	2424	8,5	617	6,5	1851	7,6
Casal de adultos em idade activa com 2 filhos maiores	340	3,3	1360	4,8	281	3,0	1124	4,6
Adulto em idade activa (monoparental) com 1 filho menor	112	1,1	224	0,8	130	1,4	260	1,1
Adulto em idade activa (monoparental) com 2 filhos menores	53	0,5	159	0,6	68	0,7	204	0,8
TOTAL DOS ADPs ESCOLHIDOS	7421	71,3	17.604	62,1	6835	72,0	15.385	63,1
Outros ADPs com 2 INDS	943	9,1	2183	7,7	859	9,1	1718	7,0
Outros ADPs com 3 INDS	580	5,6	1886	6,7	715	7,5	2145	8,8
Outros ADPs com 4 INDS	709	6,8	1740	6,1	577	6,1	2308	9,5
Outros ADPs com 5 INDS	422	4,1	2836	10,0	311	3,3	1555	6,4
ADP's com 6 ou mais INDS	328	3,2	2110	7,4	192	2,0	1272	5,2
TOTAL	10.403	100	28.359	100	9489	100	24.383	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos IDEFs

ANEXO 2

CORRESPONDÊNCIA ENTRE A CLASSIFICAÇÃO COICOP E A CLASSIFICAÇÃO DE DESPESA ADOPTADA

Classes COICOP*	Classificação de despesa adoptada
01.1.1 Cereais e Produtos à base de Cereais	A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas
01.1.2 Carne e Derivados	A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas
01.1.3 Peixe e Derivados	A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas
01.1.4 Leite, Queijo e Ovos	A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas
01.1.5 Óleos e Gorduras	A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas
01.1.6 Frutos	A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas
01.1.7 Legumes e outros Hortícolas, incluindo Batatas e outros Tubérculos	A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas
01.1.8 Açúcar, Confeitaria, Mel e Outros Produtos à base de Açúcar	A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas
01.1.9 Produtos Alimentares n.d.	A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas
01.2.1 Café, Chá e Cacau	A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas
01.2.2 Águas Minerais ou de Nascente, Refrigerantes e Sumos	A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas
02.1.1 Bebidas Espirituosas	B1 Bebidas Alcoólicas
02.1.2 Vinhos	B1 Bebidas Alcoólicas
02.1.3 Cervejas com e sem Álcool	B1 Bebidas Alcoólicas
02.2.1 Tabaco	B2 Tabaco e Narcóticos
02.3.1 Narcóticos e Estupefacientes	B2 Tabaco e Narcóticos
03.1.1 Tecidos para Vestuário	C1 Vestuário
03.1.2 Vestuário	C1 Vestuário
03.1.3 Outros Artigos e Acessórios de Vestuário	C1 Vestuário
03.1.4 Reparação e Aluguer de Vestuário	C1 Vestuário
03.2.1 Calçado e Acessórios para Calçado	C2 Calçado
03.2.2 Reparação e Aluguer de Calçado	C2 Calçado
04.1.1 Rendas Efetivas de Residência Principal	D1 Rendas/Hipotecas
04.1.2 Rendas Efetivas de Residência Secundária	D1 Rendas/Hipotecas
04.2.1 Rendas Subjetivas de Residência Principal (proprietários)	D1 Rendas/Hipotecas
04.2.2 Outras Rendas Subjetivas de Residência Principal (exceto proprietários)	D1 Rendas/Hipotecas
04.3.1 Material e Equipamento para Reparação e Conservação da Habitação	D6 Outros Custos relacionados com a Habitação
04.3.2 Serviços de Reparação e Conservação da Habitação	D6 Outros Custos relacionados com a Habitação
04.4.1 Abastecimento de Água	D2 Abastecimento de Água
04.4.2 Recolha de Resíduos Sólidos	D4 Saneamento e Resíduos Sólidos
04.4.3 Serviços de Saneamento	D4 Saneamento e Resíduos Sólidos
04.4.4 Outros Serviços relativos à Habitação	D6 Outros Custos relacionados com a Habitação
04.5.1 Eletricidade	D3 Energia
04.5.2 Gás	D3 Energia
04.5.3 Combustíveis Líquidos para Aquecimento e Iluminação	D3 Energia
04.5.4 Combustíveis Sólidos para Aquecimento e Iluminação	D3 Energia
04.5.5 Energia térmica (Água Quente, Vapor de Água e Gelo)	D3 Energia
05.1.1 Móveis e Artigos de Decoração	E1 Bens Domésticos
05.1.2 Tapetes e Outros Revestimentos de Chão	E1 Bens Domésticos
05.1.3 Reparação de Móveis, Artigos de Mobiliário e Revestimento de Chão	E1 Bens Domésticos
05.2.1 Artigos Domésticos à base de Têxteis	E1 Bens Domésticos
05.3.1 Equipamento Doméstico de Base, Elétrico e Não Elétrico	E1 Bens Domésticos
05.3.2 Pequenos Eletrodomésticos	E1 Bens Domésticos
05.3.3 Reparação de Aparelhos Domésticos	E1 Bens Domésticos
05.4.1 Loijas, Vidros, Cristais e Utensílios Domésticos	E1 Bens Domésticos
05.5.1 Grandes Ferramentas elétricas e Equipamento para Casa e Jardim	E1 Bens Domésticos
05.5.2 Pequenas Ferramentas e Acessórios Diversos	E1 Bens Domésticos
05.6.1 Artigos Domésticos não Duráveis	E1 Bens Domésticos
05.6.2 Serviços Domésticos e Outros Serviços de Manutenção da Habitação	E2 Serviços Domésticos
06.1.1 Medicamentos, e Especialidades Farmacêuticas	G Saúde
06.1.2 Outros Produtos Médicos e Farmacêuticos	G Saúde
06.1.3 Aparelhos e Material Terapêutico	G Saúde
06.2.1 Serviços Médicos	G Saúde
06.2.2 Serviços de Dentista	G Saúde
06.2.3 Serviços Paramédicos	G Saúde
06.3.1 Serviços Hospitalares	G Saúde
07.1.1 Aquisição de Veículos Automóveis	H1 Custos relacionados com Veículos Pessoais
07.1.2 Aquisição de Motociclos e ciclomotores	H1 Custos relacionados com Veículos Pessoais
07.1.3 Aquisição de Bicicletas	H1 Custos relacionados com Veículos Pessoais
07.1.4 Aquisição de Veículos de Tração animal	H1 Custos relacionados com Veículos Pessoais

Classes COICOP*	Classificação de despesa adoptada
07.2.1 Peças e Acessórios para Veículos Pessoais	H1 Custos relacionados com Veículos Pessoais
07.2.2 Combustíveis e Lubrificantes	H1 Custos relacionados com Veículos Pessoais
07.2.3 Manutenção e Reparação de Veículos Pessoais	H1 Custos relacionados com Veículos Pessoais
07.2.4 Outros Serviços com a Utilização de Veículos Pessoais	H1 Custos relacionados com Veículos Pessoais
07.3.1 Serviços de Transportes Ferroviários de Passageiros	H2 Tarifas e Outros Custos de Transporte
07.3.2 Serviços de Transportes Rodoviários de Passageiros	H2 Tarifas e Outros Custos de Transporte
07.3.3 Serviços de Transportes Aéreos de Passageiros	H2 Tarifas e Outros Custos de Transporte
07.3.4 Serviços de Transportes Marítimos e Fluviais de Passageiros	H2 Tarifas e Outros Custos de Transporte
07.3.5 Serviços de Transportes Combinados de Passageiros	H2 Tarifas e Outros Custos de Transporte
07.3.6 Outros Serviços de Transporte	H2 Tarifas e Outros Custos de Transporte
08.1.1 Serviços Postais	E2 Serviços Domésticos
08.2.1 Equipamento de Telecomunicação	E2 Serviços Domésticos
08.3.1 Serviços de Telefone e Telefax	E2 Serviços Domésticos
09.1.1 Equipamento para Recepção, Registo e Reprodução de Som e de Imagem	I1 Bens de Lazer
09.1.2 Equipamento Fotográfico, Cinematográfico e Instrumentos de Ótica	I1 Bens de Lazer
09.1.3 Equipamento Informático	I1 Bens de Lazer
09.1.4 Suportes para Gravação de Som e Imagem	I1 Bens de Lazer
09.1.5 Reparação Equipamento e Acessórios Audiovisuais, Fotográficos e Informáticos	I1 Bens de Lazer
09.2.1 Bens Duráveis relacionados com Lazer, Distração e Cultura em Espaços Abertos	I1 Bens de Lazer
09.2.2 Instrumentos Musicais e Bens Duráveis relacionados com Lazer, Distração e a Cultura em Espaços Fechados	I1 Bens de Lazer
09.2.3 Manutenção e Reparação dos Bens Duráveis relacionados com Lazer, Distração e Cultura e dos Instrumentos Musicais	I1 Bens de Lazer
09.3.1 Jogos, Brinquedos e Artigos relacionados com Passatempos	I1 Bens de Lazer
09.3.2 Equipamentos associado à Prática Desportiva e Campismo	I1 Bens de Lazer
09.3.3 Jardinagem	I1 Bens de Lazer
09.3.4 Animais de Estimação e Produtos relacionados	I2 Animais de Estimação
09.3.5 Veterinários e Outros Serviços para Animais de Estimação	I2 Animais de Estimação
09.4.1 Serviços Desportivos e Recreativos	I3 Entretenimento e Cultura
09.4.2 Serviços de Distração e Cultura	I3 Entretenimento e Cultura
09.4.3 Jogos de Azar	I3 Entretenimento e Cultura
09.5.1 Livros	I3 Entretenimento e Cultura
09.5.2 Jornais, Revistas e Outros Periódicos	I3 Entretenimento e Cultura
09.5.3 Impressos Diversos	I3 Entretenimento e Cultura
09.5.4 Artigos de Papelaria e de Desenho	I3 Entretenimento e Cultura
09.6.1 Viagens Turísticas Organizadas	I4 Turismo e Alojamento
10.1.1 Ensino Pré-Escolar e Básico - 1º e 2º Ciclo	F Educação
10.2.1 Ensino Básico - 3º Ciclo e Secundário	F Educação
10.3.1 Ensino Pós-Secundário	F Educação
10.4.1 Ensino Superior	F Educação
10.5.1 Outros Tipos de Ensino	F Educação
11.1.1 Restaurantes, Cafés e Similares	A2 Take Away e Restauração
11.1.2 Cantinas ou Refeitórios	A2 Take Away e Restauração
11.2.1 Serviços de Alojamento	I4 Turismo e Alojamento
12.1.1 Serviços de Cabeleireiro e Análogos	E3 Bens e Serviços Pessoais
12.1.2 Aparelhos Elétricos para Cuidados Pessoais	E3 Bens e Serviços Pessoais
12.1.3 Outros Artigos e Produtos para Cuidados Pessoais	E3 Bens e Serviços Pessoais
12.2.1 Serviços de Prostituição	E3 Bens e Serviços Pessoais
12.3.1 Artigos de Bijuteria, Joalheria e Relojoaria. Reparação	E3 Bens e Serviços Pessoais
12.3.2 Outros Artigos de Uso Pessoal n.d.	E3 Bens e Serviços Pessoais
12.4.1 Serviços de Proteção Social	E3 Bens e Serviços Pessoais
12.5.2 Seguros relacionados com a Habitação	D5 Seguros relacionados com a Habitação
12.5.3 Seguros relacionados com a Saúde	G Saúde
12.5.4 Seguros relacionados com os Transportes	H3 Seguros relacionados com os Transportes
12.5.5 Outros Seguros	J Serviços Financeiros
12.6.2 Serviços Financeiros, n.e.	J Serviços Financeiros
12.7.1 Outros Serviços n.d.	K Outros Serviços

* Estas designações sofreram ligeiras alterações entre as duas últimas edições do IDEF, mantendo, no entanto, o seu significado intrínseco. A nomenclatura apresentada corresponde à utilizada no IDEF 2010/2011.

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados dos IDEFs, COICOP (UN, 1999: 76-112), Bradshaw et al. (2008: 27-35) e materiais diversos constantes da secção *Budget detail: items and prices* do site do projecto MIS: <http://www.lboro.ac.uk/research/crsp/mis/results/>

ANEXO 3

MATRIZ DE NECESSIDADES DO PROJECTO raP

Necessidade	Significado
Subsistência	Ser capaz de viver uma vida de duração normal e saudável e satisfazer, no dia-a-dia, as condições necessárias para o alcançar.
Segurança	Ser capaz de estar e de sentir-se seguro contra os riscos sociais e naturais e a violência.
Afeição	Ser capaz de estabelecer, desenvolver e manter relações significativas de proximidade e intimidade, de sentir afeto e poder manifestá-lo.
Compreensão	Ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar sobre as pessoas e o mundo em geral de forma informada e cultivada pela educação.
Participação	Ser capaz de viver de forma responsável em relação com os outros na sociedade, afiliar-se em organizações sociais e participar na vida coletiva.
Lazer	Ser capaz de experimentar vivências agradáveis de repouso e distração da sua própria escolha.
Criação	Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento para desenvolver ações ou trabalhos expressivos da sua própria escolha.
Transcendência	Ser capaz de experimentar, sozinho ou em comunidade, vivências de elevação espiritual, de contemplação ou outras que transcendam a natureza física das coisas.
Identidade	Ser capaz de formar uma imagen positiva de si, poder sentir-se respeitado, reconhecido e valorizado pelos outros e não ser nem sentir-se excluído.
Liberdade	Ser capaz de fazer escolhas livres sobre as coisas práticas da vida e as formas de realização pessoal presente e futura, num contexto de igualdade de oportunidades.

Nota: As categorias de necessidades foram adaptadas de Max-Neef (1986/1991), a descrição do seu significado tem inspiração Nussbaumiana (Nussbaum, 2000).

Fonte: Pereira et al. (2013: 11-12)

ANEXO 4

CORRESPONDÊNCIA ENTRE A CLASSIFICAÇÃO COICOP-HBS E AS NECESSIDADES HUMANAS DE MAX-NEEF

Categorias COICOP-HBS*	Necessidades Humanas								
	Subsistência	Segurança	Afeição	Compreensão	Participação	Lazer	Criação	Identidade	Liberdade
01.1.1.1 Arroz									
01.1.1.2 Pão e Produtos de Padaria, Bolachas e Biscoitos									
01.1.1.3 Massas Alimentícias									
01.1.1.4 Produtos de Pastelaria									
01.1.1.5 Sandes (exceto para consumo em cafés ou restaurantes)									
01.1.1.6 Outros Produtos à base de Cereais									
01.1.2.1 Carne de Bovino Fresca, Frigorificada ou Congelada									
01.1.2.2 Carne de Porco e de Leitão Fresca, Frigorificada ou Congelada									
01.1.2.3 Carne de Ovídeo e de Caprino Fresca, Frigorificada ou Congelada									
01.1.2.4 Carne de aves fresca, frigorificada ou congelada									
01.1.2.5 Salsicharia, Carne Seca, Salgada ou Fumada e Miudezas									
01.1.2.6 Conservas de Carne e Produtos Preparados ou Semi - Preparados à base de Carne									
01.1.2.7 Outras Carnes Comestíveis Frescas, Frigorificadas ou Congeladas									
01.1.3.1 Peixe Fresco, Frigorificado ou Congelado									
01.1.3.2 Crustáceos e Moluscos Frescos, Frigorificados ou Congelados									
01.1.3.3 Peixe, Crustáceos e Moluscos Secos, Salgados ou Fumados									
01.1.3.4 Conservas de Peixe, Crustáceos e Moluscos, Produtos Preparados ou Semi - Preparados à base de Peixe									
01.1.4.1 Leite inteiro (gordo ou meio gordo)									
01.1.4.2 Leite magro									
01.1.4.3 Leite conservado									
01.1.4.4 Iogurtes, Leites Fermentados e Similares									
01.1.4.5 Queijo									
01.1.4.6 Outros Produtos Lácteos									
01.1.4.7 Ovos									
01.1.5.1 Manteiga									
01.1.5.2 Margarinas e Outras Gorduras Vegetais									
01.1.5.3 Azeite									
01.1.5.4 Óleos Alimentares									
01.1.5.5 Outras Gorduras Animais Comestíveis									
01.1.6.1 Citrinos (frescos, refrigerados ou congelados)									
01.1.6.2 Bananas (frescos, refrigerados ou congelados)									
01.1.6.3 Maçãs e Peros (frescos, refrigerados ou congelados)									
01.1.6.4 Pêras (frescos, refrigerados ou congelados)									
01.1.6.5 Frutos de Carço (frescos, refrigerados ou congelados)									
01.1.6.6 Frutos de Bagas (frescos, refrigerados ou congelados)									
01.1.6.7 Outros Frutos (frescos, refrigerados ou congelados)									
01.1.6.8 Frutos Secos e Secados									
01.1.6.9 Conservas de Frutos e outros Produtos à base de Frutos									
01.1.7.1 Legumes de Folha e Taló (Frescos, Refrigerados ou congelados)									
01.1.7.2 Couves Frescas, Refrigeradas ou Congeladas									
01.1.7.3 Legumes cultivados pelo fruto (frescos, refrigerados ou congelados)									
01.1.7.4 Raízes, Bolbos não amiláceos e Cogumelos (frescos, refrigerados ou congelados)									
01.1.7.5 Legumes Secos									
01.1.7.6 Legumes em Conserva ou Transformados									
01.1.7.7 Batatas									
01.1.7.8 Outros Tubérculos e Produtos à base de Tubérculos									
01.1.8.1 Açúcar									
01.1.8.2 Mel e Produtos Açucarados à base de Frutas									
01.1.8.3 Chocolate									
01.1.8.4 Produtos de Confeitaria									
01.1.8.5 Gelados									
01.1.8.6 Outros Produtos à base de Açúcar									
01.1.9.1 Molhos e Condimentos									
01.1.9.2 Sal, Especiarias e ervas aromáticas									
01.1.9.3 Refeições para bebé, preparados dietéticos, fermentos e outros produtos preparados									
01.1.9.4 Outros Produtos Alimentares n.d.									
01.2.1.1 Café									
01.2.1.2 Chá e Infusões									
01.2.1.3 Cacao e Chocolate em Pó									
01.2.2.1 Águas Minerais ou de Nascente									
01.2.2.2 Refrigerantes									
01.2.2.3 Sumos de Frutos									
01.2.2.4 Sumos de Legumes									

Categorias COICOP-HBS*	Necessidades Humanas								
	Subsistência	Segurança	Afeição	Compreensão	Participação	Lazer	Criação	Identidade	Liberdade
02.1.1.1 Licores, Aguardentes e Outras Bebidas Espirituosas									
02.1.2.1 Vinhos									
02.1.2.2 Outras Bebidas Alcoólicas à base de Vinho									
02.1.3.1 Cervejas com e sem Álcool									
02.2.1.1 Cigarros									
02.2.1.2 Charutos e Cigarilhas									
02.2.1.3 Outros Tabacos e Acessórios									
02.3.1.1 Narcóticos									
03.1.1.1 Tecidos para Vestuário									
03.1.2.1 Vestuário de Homem									
03.1.2.2 Vestuário de Senhora									
03.1.2.3 Vestuário de Criança e Bebê									
03.1.3.1 Outros Artigos de Vestuário e Acessórios para Vestuário									
03.1.4.1 Reparação e Aluguer de Vestuário									
03.2.1.1 Calçado para Homem									
03.2.1.2 Calçado para Senhora									
03.2.1.3 Calçado para Criança e Bebê (até 13 anos)									
03.2.2.1 Reparação e Aluguer de Calçado									
04.1.1.1 Rendas Efetivas de Residência Principal									
04.1.2.1 Rendas Efetivas de Residência Secundária									
04.2.1.1 Rendas Subjetivas de Residência Principal (proprietários)									
04.2.2.1 Outras Rendas Subjetivas de Residência Principal (exceto proprietários)									
04.2.2.2 Rendas Subjetivas de Residência Secundária									
04.3.1.1 Material e Equipamento para Pequenas Reparações e Conservação da Habitação									
04.3.2.1 Serviços de Reparação e Conservação da Habitação									
04.4.1.1 Abastecimento de Água									
04.4.2.1 Recolha de Resíduos Sólidos (Lixo)									
04.4.3.1 Serviços de Saneamento (Esgotos)									
04.4.4.1 Outros Serviços relacionados com a Habitação									
04.5.1.1 Eletricidade									
04.5.2.1 Gás Canalizado (gás de cidade e gás natural)									
04.5.2.2 Gás Liquefeito									
04.5.3.1 Combustíveis Líquidos para Aquecimento e Iluminação									
04.5.4.1 Combustíveis Sólidos para Aquecimento e Iluminação									
04.5.5.1 Energia térmica (Água Quente, Vapor de Água e Gelo)									
05.1.1.1 Móveis e Artigos de Decoração									
05.1.2.1 Tapetes e Outros Revestimentos de Chão									
05.1.3.1 Reparação de Móveis, Artigos de Mobiliário e Revestimento de Chão									
05.2.1.1 Artigos Domésticos à base de Têxteis, Reparação									
05.3.1.1 Frigoríficos e Congeladores									
05.3.1.2 Máquinas de Lavar, Secar e Engomar Roupas. Máquinas de Lavar Louça.									
05.3.1.3 Fogões e Similares									
05.3.1.4 Aparelhos de Aquecimento, Climatização e Ventilação									
05.3.1.5 Máquinas e Aparelhos de Limpeza									
05.3.1.6 Máquinas de Costura e de Tricotar									
05.3.1.7 Outro Equipamento Doméstico de Base									
05.3.2.1 Pequenos Eletrodomésticos									
05.3.3.1 Reparação de Aparelhos Domésticos									
05.4.1.1 Loijas, Vidros e Cristais									
05.4.1.2 Cutelaria e Utensílios de Mesa									
05.4.1.3 Utensílios de Cozinha e Outros Artigos Domésticos									
05.4.1.4 Reparação de Loijas, Vidros, Cristais e Outros Utensílios Domésticos									
05.5.1.1 Grandes Ferramentas elétricas e Equipamento para Casa e Jardim									
05.5.2.1 Pequenas Ferramentas e Acessórios Diversos									
05.6.1.1 Produtos para Limpeza e Manutenção									
05.6.1.2 Outros Artigos Domésticos não Duráveis									
05.6.2.1 Serviços Domésticos									
05.6.2.2 Outros Serviços de Manutenção da Habitação									
06.1.1.1 Medicamentos e Especialidades Farmacêuticas									
06.1.2.1 Outros Produtos Médicos e Farmacêuticos									
06.1.3.1 Aparelhos e Material Terapêutico									
06.2.1.1 Serviços Médicos									
06.2.2.1 Serviços de Dentista									
06.2.3.1 Meios Auxiliares de Diagnóstico									
06.2.3.2 Serviços de Enfermagem e Paramédicos									
06.2.3.3 Outros Serviços não Hospitalares									
06.3.1.1 Serviços Hospitalares									
07.1.1.1 Aquisição de Veículos Automóveis Novos									
07.1.1.2 Aquisição de Veículos Automóveis Usados									
07.1.2.1 Aquisição de Motociclos e ciclomotores									
07.1.3.1 Aquisição de Bicicletas									
07.1.4.1 Aquisição de Veículos de Tração animal									

Categorias COICOP-HBS*	Necessidades Humanas								
	Subsistência	Segurança	Afeição	Compreensão	Participação	Lazer	Criação	Identidade	Liberdade
07.2.1.1 Peças e Acessórios para Veículos Pessoais									
07.2.2.1 Combustíveis e Lubrificantes									
07.2.3.1 Manutenção e Reparação de Veículos Pessoais									
07.2.4.1 Outros Serviços com a Utilização de Veículos Pessoais									
07.3.1.1 Serviços de Transportes Ferroviários de Passageiros									
07.3.2.1 Serviços de Transportes Rodoviários de Passageiros									
07.3.3.1 Serviços de Transportes Aéreos de Passageiros									
07.3.4.1 Serviços de Transportes Marítimos e Fluviais de Passageiros									
07.3.5.1 Serviços de Transportes Combinados de Passageiros									
07.3.6.1 Outros Serviços de Transporte									
08.1.1.1 Serviços Postais									
08.2.1.1 Equipamento de Telecomunicação									
08.3.1.1 Serviços de Telefone e Telefax									
09.1.1.1 Equipamento para Receção, Registo e Reprodução de Som									
09.1.1.2 Equipamento de televisão e gravação/reprodução de imagem									
09.1.2.1 Equipamento Fotográfico e Cinematográfico									
09.1.2.2 Instrumentos de Ótica									
09.1.3.1 Equipamento Informático									
09.1.4.1 Suportes para Gravação de Som e Imagem									
09.1.5.1 Reparação Equipamento e Acessórios Audiovisuais, Fotográficos e Informáticos									
09.2.1.1 Bens Duráveis relacionados com Lazer, Distração e Cultura em Espaços Abertos									
09.2.2.1 Instrumentos Musicais									
09.2.2.2 Bens Duráveis relacionados com Lazer, Distração e a Cultura em Espaços Fechados									
09.2.3.1 Manutenção e Reparação dos Bens Duráveis relacionados com Lazer, Distração e Cultura e dos Instrumentos Musicais									
09.3.1.1 Jogos, Brinquedos e Artigos relacionados com Passatempos									
09.3.2.1 Equipamentos associado à Prática Desportiva e Campismo									
09.3.3.1 Jardinagem									
09.3.4.1 Animais de Estimação e Produtos relacionados									
09.3.5.1 Veterinários e Outros Serviços para Animais de Estimação									
09.4.1.1 Serviços Desportivos e Recreativos									
09.4.2.1 Cinemas, Teatros, Concertos e similares									
09.4.2.2 Museus, Jardim Zoológico e Similares									
09.4.2.3 Taxas de Televisão e Rádio e Aluguer de Equipamento para Distração e Cultura									
09.4.2.4 Outros Serviços de Distração e Cultura									
09.4.3.1 Jogos de Azar									
09.5.1.1 Livros									
09.5.2.1 Jornais, Revistas e Outros Periódicos									
09.5.3.1 Impressos Diversos									
09.5.4.1 Artigos de Papelaria e de Desenho									
09.6.1.1 Viagens Turísticas Organizadas (pacote turístico)									
10.1.1.1 Ensino Pré-Escolar e Básico - 1ª e 2ª Ciclo									
10.2.1.1 Ensino Básico - 3ª Ciclo e Secundário									
10.3.1.1 Ensino Pós-Secundário									
10.4.1.1 Ensino Superior									
10.5.1.1 Outros Tipos de Ensino									
11.1.1.1 Restaurantes									
11.1.1.2 Cafés, Bares e Similares									
11.1.2.1 Cantinas ou Refeitórios									
11.2.1.1 Serviços de Alojamento									
12.1.1.1 Serviços de Cabeleireiro e Análogos									
12.1.2.1 Aparelhos Elétricos para Cuidados Pessoais									
12.1.3.1 Outros Artigos e Produtos para Cuidados Pessoais									
12.2.1.1 Serviços de Prostituição									
12.3.1.1 Artigos de Bijuteria, Joalheria e Relojoaria. Reparação									
12.3.2.1 Artigos de Viagem e para Transporte									
12.3.2.2 Outros Artigos de Uso Pessoal n.d.									
12.4.1.1 Serviços de Proteção Social									
12.4.1.2 Creches e Infantários									
12.5.2.1 Seguros relacionados com a Habitação									
12.5.3.1 Seguros relacionados com a Saúde									
12.5.4.1 Seguros relacionados com os Transportes									
12.5.5.1 Outros Seguros									
12.6.2.1 Serviços Financeiros, n.e.									
12.7.1.1 Outros Serviços n.d.									

* Estas designações sofreram ligeiras alterações entre as duas últimas edições do IDEF, mantendo, no entanto, o seu significado intrínseco. A nomenclatura apresentada corresponde à utilizada no IDEF 2010/2011. No IDEF 2005/2006 apareciam outras duas categorias (12.3.1.2 - Artigos de ourivesaria e joalheria para uso pessoal; reparação e 12.3.1.3 - Artigos de relojoaria para uso pessoal; reparação), que foram entretanto integradas na categoria 12.3.1.1. - Artigos de Bijuteria, Joalheria e Relojoaria. Reparação.

Fonte: Elaboração própria a partir das bases de dados dos IDEFs, COICOP-HBS (European Communities, 2003: 166-208), Max-Neef (1991: 32-33) e Pereira et al. (2013: 11-12)

Notas ao Anexo 4:

Subsistência associa-se a alimentação, independentemente do estabelecimento onde é adquirida ou consumida; vestuário e calçado; habitação principal e bens e serviços considerados básicos para a vivência no espaço do lar; saúde; bens e serviços necessários ao desenvolvimento de actividade profissional ou de subsistência, nomeadamente, todos os transportes de passageiros (excepto aéreos, que não são considerados absolutamente necessários); guarda de crianças e ensino pré-escolar e escolar obrigatório; e bens e serviços considerados básicos relacionados com cuidados pessoais e protecção social.

Segurança associa-se a vestuário e calçado; habitação principal e bens e serviços relacionados; saúde; transportes; equipamentos e serviços de comunicação considerados básicos; guarda de crianças e ensino pré-escolar e escolar obrigatório; artigos de uso pessoal e serviços de protecção social; seguros, serviços financeiros e outros serviços considerados necessários.

Afeição associa-se às relações de intimidade com e no espaço do lar; à interacção social proporcionada pelo consumo de bebidas alcoólicas e frequência de estabelecimentos de restauração e lazer e pela capacidade de deslocação e comunicação; e aos bens e serviços cujos consumos proporcionem bem-estar e o desenvolvimento de relações emocionais.

Compreensão relaciona-se com o ensino e o consumo de bens e serviços que proporcionem e estimulem o desenvolvimento das capacidades cognitivas.

Participação relaciona-se com os bens e serviços necessários ao exercício da cidadania, ao cumprimento de responsabilidades sociais, nomeadamente, taxas de condomínio e seguros, e à plena integração social proporcionada pelo desenvolvimento de actividades sociais diversas, para as quais a capacidade de mobilidade e comunicação se consideram essenciais.

Lazer relaciona-se com todos os consumos de bens e serviços que proporcionem bem-estar e distracção pessoal, quer no espaço do lar quer socialmente, para o que a capacidade de mobilidade e comunicação se consideram essenciais.

Criação associa-se aos bens e serviços necessários à prossecução de todo o tipo de actividades profissionais, de subsistência ou de desenvolvimento pessoal, para as quais a capacidade de mobilidade e comunicação se consideram essenciais.

Identidade associa-se a todos os bens e serviços cuja escolha de consumo seja definida por um claro reconhecimento e necessidade de valorização pessoal, relacionados com os gostos particulares dos indivíduos ou dos grupos sociais com os quais se identificam. Note-se que, hoje em dia, torna-se difícil identificar consumos que não sejam identitários, já que a diversificação da maioria dos produtos é muitíssimo elevada. A própria alimentação é, cada vez menos, indiferenciada, embora não se considere ainda definidora da imagem do indivíduo.

Liberdade relaciona-se com o exercício da liberdade de fazer escolhas, estando associada aos bens e serviços cujos consumos denotam uma afirmação dessa capacidade de opção, para o que a comunicação, a informação e a educação se revelam essenciais.

ANEXO 5**TAXA DE RISCO DE POBREZA APÓS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS (%) EM PORTUGAL (2003-2011)**

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9	17,9	18,0	17,9

* Valor provisório

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE resultantes do ICOR, disponíveis no site do INE: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0004206&contexto=bd&selTab=tab2

ANEXO 6

DISTRIBUIÇÃO ESTIMADA DOS ADPs CONSIDERADOS «POBRES»

		IDEF 2005/2006		IDEF 2010/2011	
		# ADPs	% ADPs	# ADPs	% ADPs
NUTS I	Conti nente	726.410	94,8	760.686	94,0
	R.A. Açores	17.099	2,2	25.172	3,1
	R.A. Madeira	22.488	2,9	23.020	2,8
NUTS II 2002	Norte	271.092	35,4	274.961	34,0
	Centro	221.329	28,9	201.223	24,9
	Lisboa	119.248	15,6	180.205	22,3
	Alentejo	88.005	11,5	80.827	10,0
	Algarve	26.735	3,5	23.472	2,9
	R.A. Açores	17.099	2,2	25.172	3,1
	R.A. Madeira	22.488	2,9	23.020	2,8
Tipologia de áreas urbanas 2009	Área predominantemente urbana	415.388	54,2	479.375	59,3
	Área mediantemente urbana	147.507	19,3	145.042	17,9
	Área predominantemente rural	203.101	26,5	184.462	22,8
Tipo de edifício/ alojamento	Edifício residencial isolado, com 1 alojamento	343.992	44,9	349.077	43,2
	Edifício residencial geminado ou em banda, com 1 alojamento	254.438	33,2	182.355	22,5
	Alojamento, num edifício residencial com entre 2 e 9 alojamentos	84.506	11,0	191.226	23,6
	Alojamento, num edifício residencial com 10 ou mais alojamentos	63.225	8,3	74.969	9,3
	Outro tipo de alojamento (incluindo barracas)	19.835	2,6	11.252	1,4
	Regime de ocupação do alojamento	Proprietário, sem crédito à habitação	408.493	53,3	381.586
Proprietário, com crédito à habitação	62.187	8,1	77.587	9,6	
Arrendatário (ou subarrendatário), com renda a preços de mercado	89.899	11,7	135.749	16,8	
Arrendatário (ou subarrendatário), com renda inferior ao preço de mercado	138.654	18,1	164.275	20,3	
Alojamento cedido gratuitamente ou a título de salário	66.764	8,7	49.682	6,1	
O agregado possui residências secundárias	Sim	22.484	2,9	11.990	1,5
Garagem (ou espaço de estacionamento) relativo ao alojamento	Sim	221.398	28,9	224.967	27,8
Água canalizada	Sim	730.021	95,3	788.643	97,5
Electricidade	Sim	754.984	98,6	804.280	99,4
Gás canalizado (apenas com contador)	Sim	63.343	8,3	103.235	12,8
Sistema de esgotos	Sim	714.231	93,2	772.315	95,5
Instalação sanitária completa	Sim	664.077	86,7	761.374	94,1
Aparelho de ar condicionado (inclui aparelho fixo ou móvel)	Sim	14.897	1,9	31.243	3,9
Sistema de aquecimento central	Sim	24.687	3,2	24.143	3,0
Outro aparelho de aquecimento de ar (inclui aparelho fixo ou móvel)	Sim	373.836	48,8	443.549	54,8
Aparelho de aquecimento de água (inclui esquentador, termoacumulador, etc.)	Sim	527.478	68,9	736.496	91,1
Desumidificador eléctrico	Sim	36.160	4,7	60.992	7,5
Fogão ou placa (com ou sem forno)	Sim	760.551	99,3	804.971	99,5
Frigorífico ou combinado	Sim	737.328	96,3	796.528	98,5
Micro-ondas	Sim	330.035	43,1	537.176	66,4
Arca frigorífica	Sim	423.334	55,3	411.365	50,9
Aspirador	Sim	400.604	52,3	468.657	57,9
Máquina de lavar roupa	Sim	584.880	76,4	697.260	86,2
Máquina de secar roupa	Sim	53.807	7,0	84.790	10,5
Máquina de lavar e secar roupa	Sim	5273	0,7	6237	0,8
Máquina de lavar loiça	Sim	69.785	9,1	130.213	16,1
Telefone - rede fixa	Sim	454.171	59,3	458.575	56,7
Telefone - rede móvel (aparelhos com cartão ativo ligado a um operador)	Sim	435.347	56,8	586.857	72,6
Aparelho de televisão	Sim	736.830	96,2	791.583	97,9
Equipamento para acesso a televisão por cabo ou satélite (box ou antena)	Sim	147.041	19,2	242.591	30,0
Computador pessoal de secretária (desktop) com ligação à internet	Sim	57.151	7,5	91.574	11,3
Computador pessoal de secretária (desktop) sem ligação à internet	Sim	75.128	9,8	41.400	5,1
Computador pessoal portátil (laptop) com ligação à internet	Sim	52.658	6,9	142.182	17,6
Computador pessoal portátil (laptop) sem ligação à internet	Sim	28.850	3,8	52.183	6,5
Consola de jogos (inclui consolas com leitor DVD)	Sim	194.843	25,4	85.441	10,6
Câmara de vídeo	Sim	143.619	18,7	46.933	5,8
Leitor de CDs	Sim			184.897	22,9
Equipamento fotográfico (não inclui telemóveis)	Sim			175.192	21,7
Leitor de MP3 ou MP4	Sim			104.209	12,9
Automóvel (ligeiro de passageiros ou misto)	Sim			336.395	41,6
Bicicleta	Sim			159.417	19,7
Ciclomotor (até 50 cc.)	Sim			79.268	9,8
Motociclo (superior a 50 cc.)	Sim			20.959	2,6
Principal fonte de rendimento monetário	Trabalho por conta de outrem	286.283	37,4	301.905	37,3
	Trabalho por conta própria	38.191	5,0	29.648	3,7
	Propriedade e capital	2765	0,4	1542	0,2
	Pensões	380.177	49,6	412.631	51,0
	Outras transferências sociais	25.439	3,3	56.108	6,9
	Outras transferências de agregados e outras n.e.	33.143	4,3	7045	0,9
		Média	Mediana	Média	Mediana
Dimensão, em número de INDS nos ADPs		2,67	2,00	2,62	2,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos IDEFs

ANEXO 7

RENDIMENTO, DESPESA E POUPANÇA ESTIMADA DOS ADPs, EM EUROS

		IDEF 2005/2006				IDEF 2010/2011			
		«pobres»	«não-pobres»	«ricos»	TOTAL	«pobres»	«não-pobres»	«ricos»	TOTAL
Rendimento total líquido anual (2005 e 2009)	Mediana	9450	19.893	40.605	17.570	11.465	21.060	43.077	18.638
	Média	10.940	24.936	49.204	22.136	13.171	26.471	50.158	23.811
Despesa total	Mediana	6156	16.971	40.779	14.244	7047	19.535	46.841	16.364
	Média	6457	20.395	43.902	17.607	7635	23.581	50.309	20.391
Rendimento monetário líquido anual (1) (2005 e 2009)	Mediana	7620	15.360	33.011	13.736	9167	16.060	35.000	14.392
	Média	9181	20.069	40.590	17.891	11.153	21.213	41.126	19.201
Despesa monetária (2)	Mediana	4219	12.488	32.944	10.328	4944	14.694	39.330	12.148
	Média	4698	15.527	35.288	13.361	5616	18.323	41.277	15.781
Despesa não monetária	Mediana	1634	4342	7200	3640	2010	4800	7306	4200
	Média	1759	4867	8614	4246	2018	5258	9032	4610
Proporção da Despesa Monetária (%)	Média	71,6	73,7	79,3	73,3	72,4	74,6	81,3	74,2
Poupança (= 1-2)	Média	4483	4541	5302	4530	5537	2890	-151	3419

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos IDEFs

ANEXO 8

DESPESA AGREGADA ESTIMADA E REAL DOS ADPs, EM MILHÕES DE EUROS

	IDEF 2005/2006	IDEF 2010/2011
Despesa total agregada	67.424,791	82.464,084
Despesa monetária agregada	51.166,614	63.820,838

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos IDEFs

	2005	2006	2009	2010
Despesa de Consumo Final (famílias)	96.881,263	101.660,639	106.206,742	110.395,462

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE, Contas Nacionais - Base 2006, em preços correntes, disponíveis no site do INE:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=cn_quadros&boui=95389448

ANEXO 9

COEFICIENTES ORÇAMENTAIS MÉDIOS (%) ESTIMADOS DOS ADPs CONSIDERADOS «POBRES»

	Homem idoso a viver só	Mulher idosa a viver só	Casal de idosos	Homem em idade activa a viver só	Mulher em idade activa a viver só	Casal de adultos em idade activa	Casal de adultos em idade activa com 1 filho menor	Casal de adultos em idade activa com 2 filhos menores	Casal de adultos em idade activa com 3 filhos menores	Casal de adultos em idade activa com 1 filho maior	Casal de adultos em idade activa com 2 filhos maiores	Adulto em idade activa (monoparental) com 1 filho menor	Adulto em idade activa (monoparental) com 2 filhos menores	Outros ADPs com 2 INDs	Outros ADPs com 3 INDs	Outros ADPs com 4 INDs	Outros ADPs com 5 INDs	ADPs com 6 ou mais INDs
Categorias de despesa – IDEF 2005/2006																		
A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas	24,50	26,22	29,67	18,10	22,37	29,16	22,97	23,52	21,58	24,37	27,92	20,86	28,09	28,68	26,98	25,95	25,36	28,46
A2 Take Away e Restauração	13,62	7,19	3,35	26,01	16,19	5,97	9,13	8,86	9,27	5,32	8,09	9,50	7,81	4,65	5,13	6,82	7,88	7,73
A Alimentação	38,13	33,41	33,02	44,11	38,55	35,13	32,09	32,38	30,84	29,70	36,00	30,36	35,91	33,33	32,11	32,77	33,24	36,18
B1 Bebidas Alcoólicas	1,90	0,34	1,48	2,58	0,35	0,88	0,84	0,81	1,19	0,94	1,01	0,09	0,00	1,28	1,21	1,31	0,99	0,88
B2 Tabaco e Narcóticos	1,58	0,00	0,29	6,92	0,06	2,04	2,66	2,36	3,05	2,53	4,30	1,10	0,00	1,74	2,97	3,22	3,87	6,15
B Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	3,48	0,34	1,77	9,50	0,41	2,92	3,50	3,17	4,24	3,48	5,32	1,19	0,00	3,02	4,18	4,53	4,86	7,03
C1 Vestuário	1,35	1,03	1,28	2,66	2,61	1,63	2,39	2,41	2,32	1,89	2,25	2,28	2,09	1,65	2,24	2,33	2,41	2,30
C2 Calçado	1,12	0,62	0,46	0,45	1,24	0,46	1,07	1,29	1,71	1,01	0,78	1,02	1,90	0,68	1,05	0,89	1,08	1,08
C Vestuário e Calçado	2,47	1,65	1,74	3,11	3,84	2,09	3,46	3,70	4,03	2,90	3,03	3,30	3,99	2,33	3,29	3,21	3,49	3,38
D1 Rendas/Hipotecas	26,70	28,41	26,93	22,21	25,60	25,71	27,14	25,36	30,35	25,26	17,52	32,15	26,39	24,12	21,79	22,85	20,76	19,51
D2 Abastecimento de Água	1,37	2,27	1,63	1,51	2,49	1,80	1,72	1,51	1,14	1,61	1,41	1,15	1,87	1,91	1,56	1,68	1,71	1,67
D3 Energia	7,99	9,56	8,50	7,16	8,56	8,50	7,24	5,97	5,98	7,93	5,30	5,77	6,14	8,36	7,69	6,61	7,02	6,07
D4 Saneamento e Resíduos Sólidos	0,49	0,57	0,42	0,40	0,64	0,41	0,40	0,31	0,44	0,30	0,30	0,30	1,27	0,50	0,35	0,27	0,29	0,23
D5 Seguros relacionados com a Habitação	0,05	0,18	0,13	0,17	0,27	0,19	0,35	0,17	0,35	0,15	0,12	0,00	0,00	0,12	0,16	0,19	0,26	0,05
D6 Outros Custos relacionados com a Habitação	0,00	0,57	0,21	0,05	0,85	0,17	0,48	0,20	0,04	0,23	0,03	0,52	0,58	0,18	0,30	0,21	0,04	0,11
D Custos relacionados com a Habitação	36,61	41,57	37,82	31,49	38,42	36,77	37,34	33,51	38,31	35,48	24,69	39,89	36,26	35,19	31,85	31,81	30,08	27,94
E1 Bens Domésticos	1,47	2,07	2,85	1,29	1,84	2,70	1,81	2,54	1,60	2,87	2,78	3,01	2,89	2,58	3,60	2,86	2,65	2,63
E2 Serviços Domésticos	2,81	4,97	4,55	1,96	4,15	3,61	3,22	3,29	1,88	4,96	4,57	4,76	2,57	5,29	4,10	4,13	4,93	3,39
E3 Bens e Serviços Pessoais	6,40	4,42	2,43	1,35	2,54	2,19	2,30	3,49	4,26	1,53	2,39	5,01	2,65	1,75	1,80	2,69	2,73	3,77
E Bens e Serviços Domésticos e Pessoais	10,67	11,47	9,83	4,60	8,53	8,49	7,33	9,33	7,74	9,36	9,73	12,78	8,12	9,62	9,51	9,68	10,31	9,75
F Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,37	0,60	0,04	0,55	1,94	0,50	0,01	0,11	0,18	0,65	0,37	0,49
G Saúde	5,82	8,54	10,94	1,73	6,19	5,56	3,81	2,55	1,20	5,84	4,46	1,24	1,96	8,63	6,40	4,21	4,27	3,61
H1 Custos relacionados com Veículos Pessoais	0,31	0,06	1,32	1,37	0,66	3,77	4,10	6,98	4,38	5,95	4,57	2,20	0,98	2,41	5,04	5,21	5,80	4,04
H2 Tarifas e Outros Custos de Transporte	1,17	1,03	1,13	1,65	0,98	0,85	1,51	1,32	3,39	0,84	2,67	3,05	2,49	1,14	2,06	1,99	1,54	2,36
H3 Seguros relacionados com os Transportes	0,26	0,07	0,72	1,07	0,46	2,25	2,18	2,53	1,61	2,86	2,73	1,29	3,36	1,18	1,86	2,47	2,53	1,76
H Transportes	1,75	1,16	3,17	4,08	2,11	6,87	7,80	10,83	9,38	9,65	9,97	6,55	6,83	4,73	8,96	9,67	9,87	8,15
I1 Bens de Lazer	0,01	0,36	0,28	0,00	0,33	0,29	0,66	0,75	0,94	0,46	1,52	0,27	0,01	0,26	0,31	0,49	0,53	0,47
I2 Animais de Estimação	0,00	0,41	0,13	0,31	0,16	0,13	0,12	0,11	0,13	0,08	0,19	0,12	0,00	0,35	0,19	0,16	0,17	0,07
I3 Entretenimento e Cultura	1,01	0,80	1,12	0,97	1,28	1,58	2,42	2,64	2,94	2,28	2,58	3,76	5,13	1,62	2,24	2,65	2,71	2,54
I4 Turismo e Alojamento	0,00	0,07	0,04	0,00	0,03	0,00	0,00	0,07	0,07	0,03	0,07	0,00	0,00	0,14	0,09	0,05	0,01	0,14
I Participação Social e Cultural	1,02	1,64	1,57	1,29	1,80	2,00	3,20	3,57	4,08	2,85	4,36	4,15	5,15	2,37	2,83	3,35	3,43	3,22
J Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,01	0,03	0,00	0,03	0,03	0,02	0,00	0,01	0,05	0,00	0,00	0,01	0,02	0,01	0,00	0,01
K Outros Serviços	0,05	0,23	0,14	0,07	0,14	0,14	0,08	0,34	0,13	0,18	0,46	0,05	1,79	0,65	0,68	0,10	0,09	0,25
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Categorias de despesa – IDEF 2010/2011																		
A1 Alimentação e Bebidas não Alcoólicas	17,62	21,61	21,93	16,32	19,56	20,02	17,75	19,14	18,40	19,87	17,33	21,69	16,63	19,90	21,26	21,20	23,39	22,76
A2 Take Away e Restauração	9,54	2,85	2,63	10,49	6,86	2,83	5,55	4,38	6,44	4,03	6,97	10,53	2,96	4,65	4,92	5,12	5,18	4,20
A Alimentação	27,16	24,46	24,57	26,81	26,42	22,85	23,30	23,52	24,84	23,90	24,30	32,22	19,58	24,55	26,18	26,31	28,57	26,96
B1 Bebidas Alcoólicas	1,13	0,19	0,65	2,15	0,25	0,96	0,86	0,55	0,16	0,83	1,26	0,55	0,40	0,67	0,85	0,73	0,67	1,10
B2 Tabaco e Narcóticos	0,87	0,00	0,22	5,19	0,51	1,91	1,61	2,01	2,13	2,24	1,44	3,37	0,04	2,15	2,18	1,78	2,70	2,20
B Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2,00	0,19	0,87	7,34	0,76	2,87	2,47	2,56	2,29	3,07	2,69	3,91	0,44	2,82	3,03	2,50	3,38	3,31
C1 Vestuário	1,11	0,98	1,21	1,46	1,68	0,74	1,30	2,21	2,08	1,33	1,59	2,54	1,65	1,05	1,23	2,19	1,95	2,64
C2 Calçado	0,52	0,62	0,32	1,35	0,82	0,55	0,78	1,40	1,17	0,95	0,69	1,44	0,72	0,49	0,57	0,89	1,03	1,26
C Vestuário e Calçado	1,63	1,60	1,53	2,81	2,50	1,28	2,08	3,61	3,25	2,28	2,28	3,98	2,37	1,54	1,80	3,08	2,98	3,89
D1 Rendas/Hipotecas	32,22	34,32	31,72	37,52	36,50	34,42	28,17	30,32	24,09	26,11	24,98	29,21	52,01	32,01	27,50	24,65	20,70	22,37
D2 Abastecimento de Água	1,59	2,34	1,81	1,80	1,89	2,04	1,58	1,45	2,03	1,94	1,34	1,52	1,94	1,86	1,93	1,47	1,67	2,43
D3 Energia	9,30	12,18	10,91	7,54	10,33	10,50	9,28	7,03	9,03	10,30	7,19	9,91	7,77	11,42	10,51	9,83	9,90	9,78
D4 Saneamento e Resíduos Sólidos	0,50	0,62	0,48	0,52	0,59	0,61	0,63	0,39	0,43	0,38	0,26	0,69	1,01	0,55	0,33	0,39	0,48	0,27
D5 Seguros relacionados com a Habitação	0,02	0,20	0,14	0,05	0,06	0,09	0,38	0,34	0,28	0,13	0,27	0,04	0,00	0,07	0,14	0,27	0,12	0,02
D6 Outros Custos relacionados com a Habitação	0,47	0,32	0,35	0,31	0,18	0,32	0,16	1,00	0,55	0,27	0,29	0,00	0,27	0,33	0,30	0,26	0,91	0,43
D Custos relacionados com a Habitação	44,10	49,99	45,41	47,75	49,55	47,98	40,20	40,55	36,41	39,14	34,33	41,38	62,99	46,24	40,71	36,86	33,78	35,31
E1 Bens Domésticos	1,32	2,00	2,41	1,92	2,20	2,10	2,86	2,04	2,80	2,43	2,17	2,15	1,47	1,93	3,19	2,68	2,67	2,68
E2 Serviços Domésticos	4,35	5,30	4,37	3,33	5,00	5,05	5,37	4,54	4,69	6,62	5,58	5,21	2,65	3,84	4,85	4,98	5,15	5,65
E3 Bens e Serviços Pessoais	6,26	3,13	3,86	3,78	1,47	1,65	2,12	4,37	3,82	1,98	2,70	2,36	1,20	3,14	2,02	3,19	2,68	3,35
E Bens e Serviços Domésticos e Pessoais	11,93	10,43	10,65	9,03	8,67	8,79	10,34	10,95	11,31									

ANEXO 10

PERCENTAGENS MÉDIAS ESTIMADAS DA DESPESA TOTAL AFECTAS À SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES

DOS ADPs CONSIDERADOS «POBRES»

	Homem idoso a viver só	Mulher idosa a viver só	Casal de idosos	Homem em idade activa a viver só	Mulher em idade activa a viver só	Casal de adultos em idade activa	Casal de adultos em idade activa com 1 filho menor	Casal de adultos em idade activa com 2 filhos menores	Casal de adultos em idade activa com 3 filhos menores	Casal de adultos em idade activa com 1 filho maior	Casal de adultos em idade activa com 2 filhos maiores	Adulto em idade activa (monoparental) com 1 filho menor	Adulto em idade activa (monoparental) com 2 filhos menores	Outros ADPs com 2 INDS	Outros ADPs com 3 INDS	Outros ADPs com 4 INDS	Outros ADPs com 5 INDS	A DP's com 6 ou mais INDS
Categorias de necessidades – IDEF 2005/2006																		
Subsistência	91,77	91,54	88,98	84,16	90,71	84,60	82,67	79,03	82,48	78,09	75,63	84,78	83,55	83,71	80,16	78,31	76,99	79,43
Segurança	55,59	61,69	59,83	43,42	56,14	56,71	59,05	57,04	59,14	60,27	48,71	60,13	53,75	57,32	56,56	54,53	55,13	49,82
Afeição	52,62	47,08	41,12	57,51	50,26	43,04	49,87	50,87	56,26	46,12	41,90	58,14	46,26	41,15	41,81	45,72	45,73	42,14
Compreensão	0,62	0,77	0,99	0,80	1,06	1,34	4,04	3,43	3,44	2,89	5,02	4,01	4,18	1,36	1,78	3,21	3,06	2,79
Participação	24,79	17,64	13,40	33,48	24,78	18,99	25,59	28,71	27,14	23,66	29,33	27,70	25,03	17,31	21,94	25,06	27,46	24,44
Lazer	23,34	16,34	14,76	42,27	26,70	20,99	26,41	29,76	29,38	25,08	31,85	28,26	21,66	20,50	24,97	28,80	30,58	30,45
Criação	4,92	6,51	7,59	5,51	6,68	9,76	12,83	14,79	12,76	14,70	16,95	14,43	11,19	10,05	13,03	14,71	15,40	12,56
Identidade	57,27	50,20	45,69	68,54	57,47	51,69	60,93	62,72	65,14	56,73	56,08	65,64	56,31	48,82	52,92	57,24	58,49	55,76
Liberdade	27,69	18,02	14,09	40,85	25,46	19,03	24,87	25,46	25,31	21,63	29,64	25,66	23,41	18,38	20,60	24,56	26,76	27,24
TOTAL	338,61	309,78	286,45	376,54	339,25	306,14	346,26	351,81	361,04	329,17	335,11	368,76	325,35	298,61	313,77	332,15	339,58	324,63
Categorias de necessidades – IDEF 2010/2011																		
Subsistência	89,65	90,04	87,41	84,49	89,21	80,84	74,55	78,73	73,23	73,82	70,39	83,01	88,53	84,82	80,38	78,24	75,06	77,64
Segurança	66,21	69,36	68,85	62,05	67,70	69,77	65,75	65,72	61,96	66,78	64,62	55,08	73,29	68,00	63,86	62,80	59,81	62,94
Afeição	56,20	48,24	47,67	60,82	54,26	52,59	54,46	54,54	53,89	50,85	54,98	53,09	65,56	50,38	48,65	47,67	47,14	48,58
Compreensão	0,90	1,28	1,03	1,08	1,02	1,16	4,25	4,35	4,68	1,93	3,28	4,10	3,88	0,92	1,94	3,88	3,45	3,00
Participação	23,04	12,56	15,95	21,79	17,36	18,83	29,03	25,74	31,45	26,22	32,24	24,07	14,10	18,53	21,80	25,89	27,15	26,87
Lazer	20,33	13,81	15,33	26,08	19,54	21,39	30,05	26,21	33,07	29,09	34,29	29,95	14,52	20,54	24,63	26,44	30,13	29,10
Criação	6,71	7,73	9,21	6,96	9,07	13,55	19,31	16,69	20,31	19,44	22,24	12,42	9,38	10,66	14,47	17,21	19,05	19,71
Identidade	59,05	50,88	51,73	70,21	57,52	58,59	63,25	64,66	62,80	59,82	65,34	62,58	69,78	55,84	55,62	57,65	56,93	57,22
Liberdade	23,52	13,01	14,44	27,24	16,32	15,74	22,08	21,02	21,40	20,02	23,90	24,86	10,89	16,99	18,41	21,29	20,79	20,33
TOTAL	345,62	306,93	311,63	360,72	332,00	332,46	362,72	357,65	362,79	347,96	371,28	349,15	349,92	326,67	329,74	341,06	339,53	345,40

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados dos IDEFs